

Boletim da Macrogestão Governamental

Outubro/2021 ◀



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



www.tcees.tc.br



[@tceespiritosanto](https://www.instagram.com/tceespiritosanto)

Publicado em 25/11/2021

Apresentação

Com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir, por meio de variáveis de controle e de análises sistêmicas sobre os aspectos relevantes, o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo disponibiliza este instrumento informativo de cunho gerencial.

Desenvolvido a partir dos dados disponíveis no CidadES (com informações fiscais e econômicas do Estado e dos municípios capixabas, produzido pelo próprio TCEES) e no Sigefes (sistema de gestão das finanças públicas do Estado, utilizado pelo Governo Estadual), este boletim destaca e compara os principais indicadores e resultados da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais. O Boletim da Macrogestão Governamental contempla a execução orçamentária do Estado e dos municípios; a avaliação do cumprimento de limites e metas; dados previdenciários e, ainda, outros aspectos relacionados à governança.

Os principais destinatários das informações apresentadas no Boletim são os gestores públicos, imprensa, analistas e cientistas de dados, órgãos públicos, organizações não governamentais (ONGs), acadêmicos, pesquisadores e cidadãos em geral.

Mais informações sobre receitas, despesas, avaliações sobre endividamento, metas fiscais, limites de saúde, educação e gastos com pessoal, prestação de contas, fiscalização, e outros indicadores do Estado e dos municípios, estão disponibilizadas em <https://paineldecontrole.tcees.tc.br>.



sumário

Finanças do Estado

Finanças dos Municípios

Panorama econômico

Institucional

Identidade organizacional

Gestão **orçamentária**

Receita

Receita **total**

Composição da receita

Receita em **destaque**

Despesa

Despesa **total**

Comparativo da despesa **por função**

Resultado orçamentário

Gestão **fiscal**

Impacto dos royalties na RCL

Limites constitucionais e legais

Despesa com pessoal

Aplicação no **ensino**

Aplicação na **saúde**

Resultado primário e nominal

Gestão **previdenciária**

Resultado previdenciário

Clique nas abas para
acessar as informações

Gestão orçamentária | receita total

Outubro/2021

Receita total (em R\$ milhões)

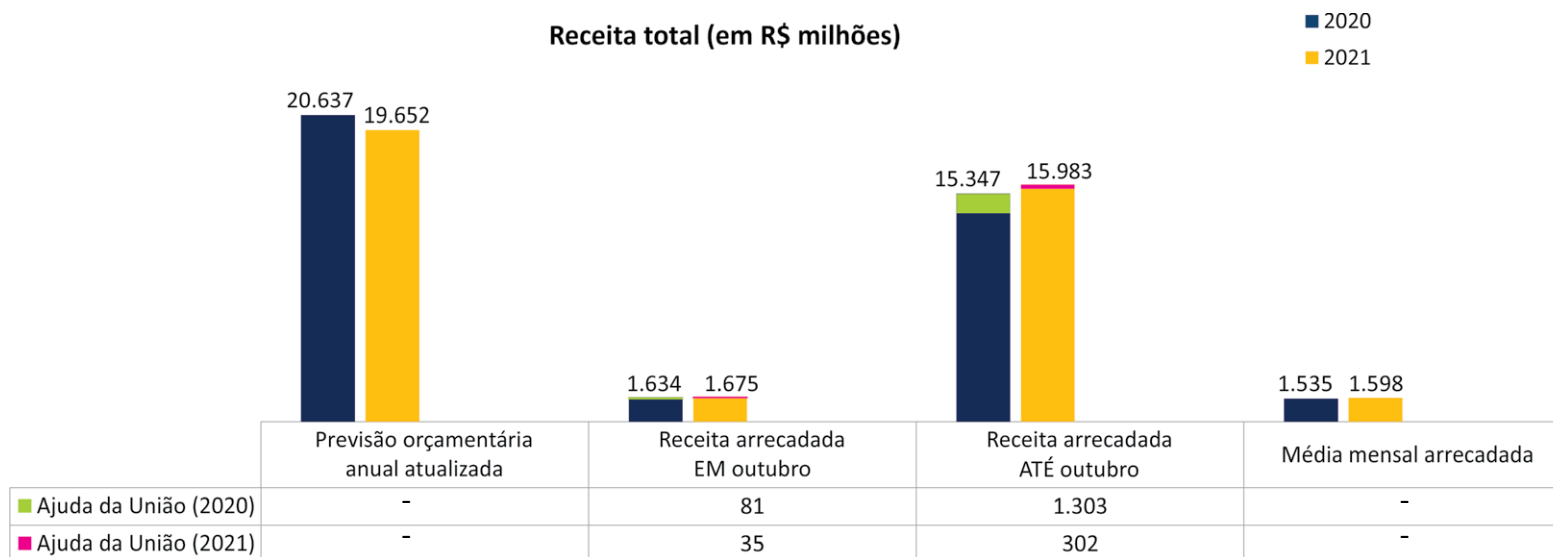


Gráfico 01 | fonte: Sigefes e Painel de Controle

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado do Espírito Santo, para o exercício de 2021, atualizada pela abertura de créditos adicionais, estimou as **receitas em aproximadamente R\$ 19,7 bilhões**, evidenciando, desta forma, um **decréscimo de -4,8%** em relação à arrecadação prevista para o ano anterior, de **R\$ 20,6 bilhões**.

A **receita arrecadada em outubro/2021, de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, representou um acréscimo de 2,5%**, quando comparada ao mesmo mês do ano anterior.

A **receita arrecadada até outubro/2021** atingiu aproximadamente **R\$ 16,0 bilhões**, evidenciando um **acréscimo de 4,1%** quando comparada à arrecadação acumulada em igual período do exercício antecedente.

nota valores repassados pela União

Composição da receita arrecadada
(EM outubro - em R\$ milhões)

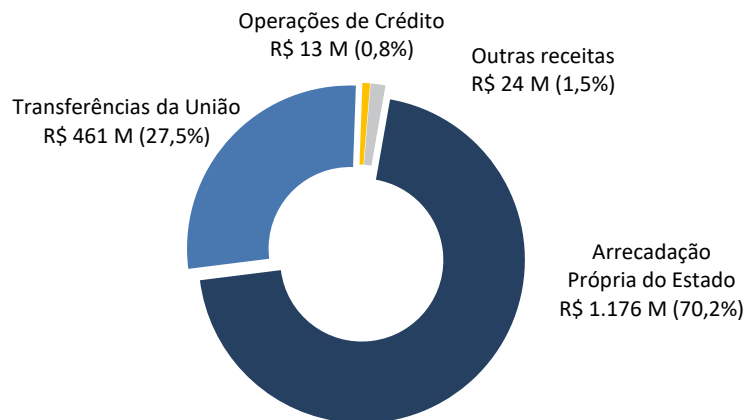


Gráfico 02 | fonte: Painel de Controle

Composição da receita arrecadada
(ATÉ outubro - em R\$ milhões)

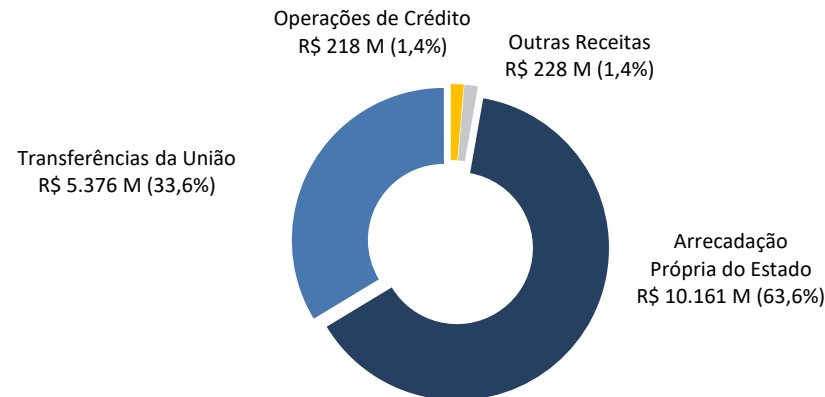


Gráfico 02A | fonte: Painel de Controle

*Outras receitas: grupo de receitas constituído por receitas correntes intraorçamentárias.

Gestão orçamentária | receita em destaque

Outubro/2021

Arrecadação de ICMS - 2020 e 2021
(em R\$ milhões)

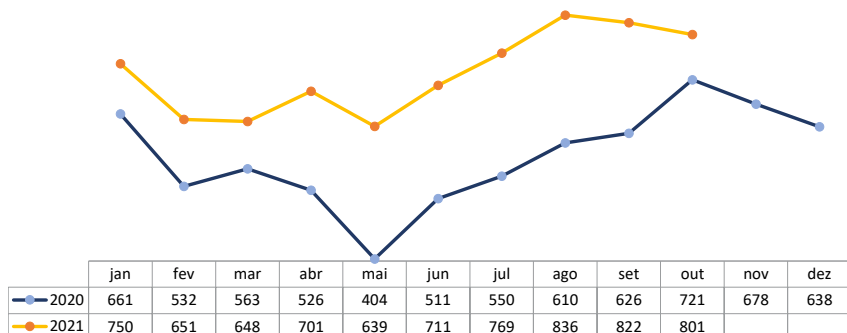


Gráfico 03 | fonte: Painel de Controle

Arrecadação de ICMS até outubro (em R\$ milhões)

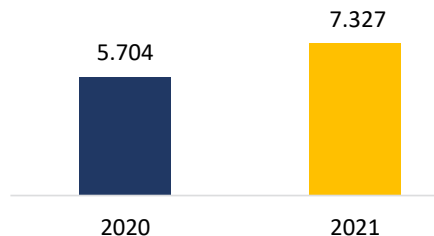


Gráfico 03A | fonte: Painel de Controle

A arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) acumulada até outubro de 2021, de R\$ 7,3 bilhões, comparada à arrecadação realizada no mesmo período de 2020, registrou um **acréscimo de aproximadamente 28%**. De igual modo, a **arrecadação em outubro de 2021, de R\$ 801 milhões, representou um acréscimo de aproximadamente 11%**, quando comparada à arrecadação do mesmo mês do ano antecedente e um **decréscimo de aproximadamente -3%**, quando comparada à registrada no mês anterior.

Receita de compensação financeira - 2020 e 2021
(em R\$ milhões)

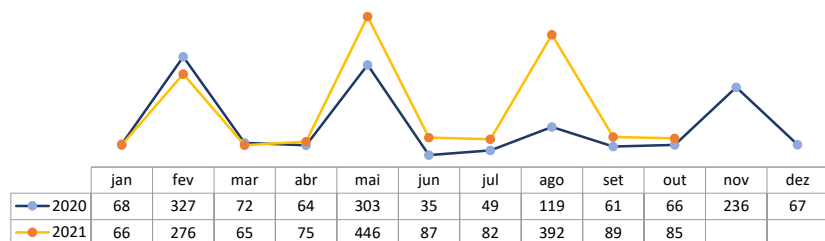


Gráfico 03B | fonte: Painel de Controle

Receita de compensação financeira até outubro (em R\$ milhões)

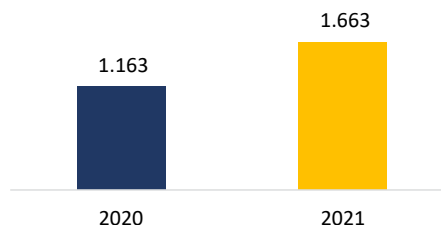


Gráfico 03C | fonte: Painel de Controle

A **receita de compensações financeiras** (cota-parte de recursos hídricos, minerais e royalties), arrecadada até outubro de 2021, de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, comparada à auferida no mesmo período de 2020, registrou acréscimo de aproximadamente 43%.

Nota: As Participações Especiais dos Royalties do Petróleo ocorrem trimestralmente a cada ano, sendo o repasse efetivado bimestralmente após a apuração.

Gestão orçamentária | despesa total

Outubro/2021

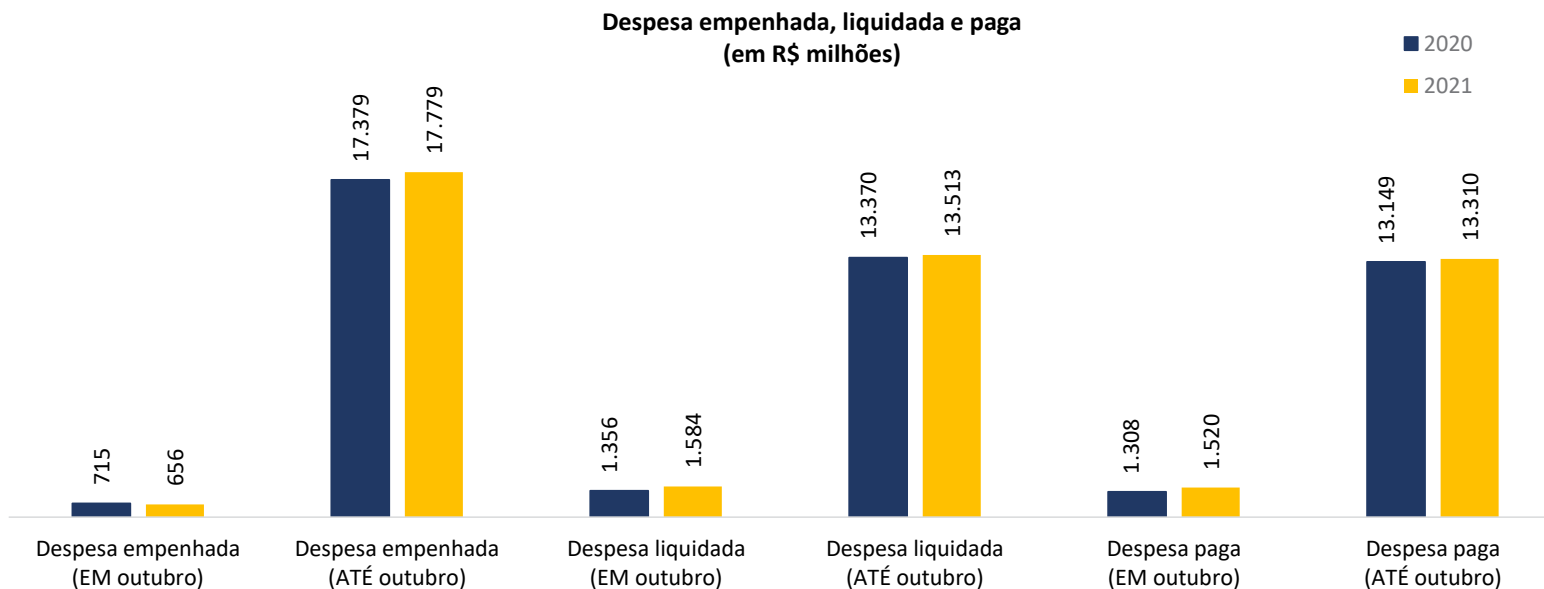


Gráfico 04 | fonte: Painel de Controle

As **despesas empenhadas** em outubro registraram um **decréscimo de -8%** quando comparadas às do mesmo mês de 2020. Por outro lado, as **despesas empenhadas** até outubro de 2021 apresentaram **acréscimo de 2%** quando comparadas àquelas registradas no mesmo período de 2020.

As **despesas liquidadas** em outubro registraram um **acréscimo de 17%** quando comparadas às do mesmo mês de 2020. Por outro lado, as **despesas liquidadas** até outubro, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um **acréscimo** de aproximadamente **1%**.

As **despesas pagas** em outubro de 2021 registraram um **acréscimo de 16%** quando comparadas às do mesmo mês de 2020. Já as despesas pagas até outubro de 2021, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um **acréscimo de 1%**.

Gestão orçamentária | comparativo da **despesa**

Outubro/2021

Despesa liquidada por função de Governo
(comparativo EM outubro - em R\$ milhões)

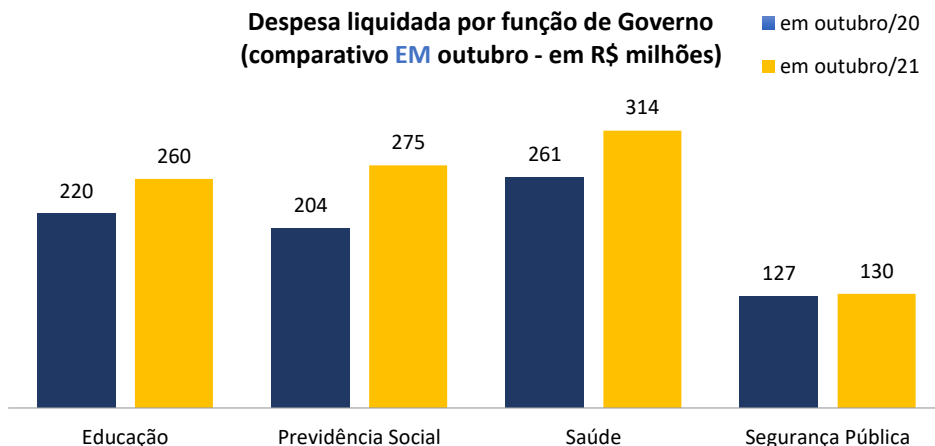


Gráfico 05 | fonte: Painel de Controle

Em análise às despesas liquidadas por funções de governo, constatou-se que as executadas nas funções **Previdência Social** e **Saúde** destacaram-se em relação às demais. Em relação à função **Previdência Social**, cabe ressaltar **os acréscimos** das despesas liquidadas em outubro, tanto em comparação ao mesmo mês de 2020 (**35%**), quanto em relação aos valores acumulados no presente exercício (**27%**). Já no que tange às despesas liquidadas na função **Saúde**, apurou-se um **acréscimo de 20%** em relação ao mesmo mês de 2020, e um **acréscimo**, um pouco menor (**8%**), no montante acumulado no período, quando da comparação com idêntico período de 2020.

Despesa liquidada por função de Governo
(comparativo - acumulado ATÉ outubro - em R\$ milhões)

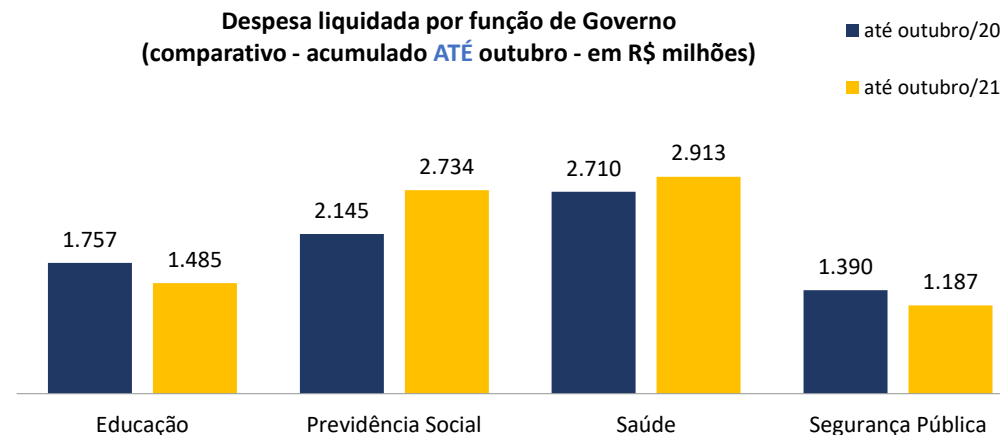
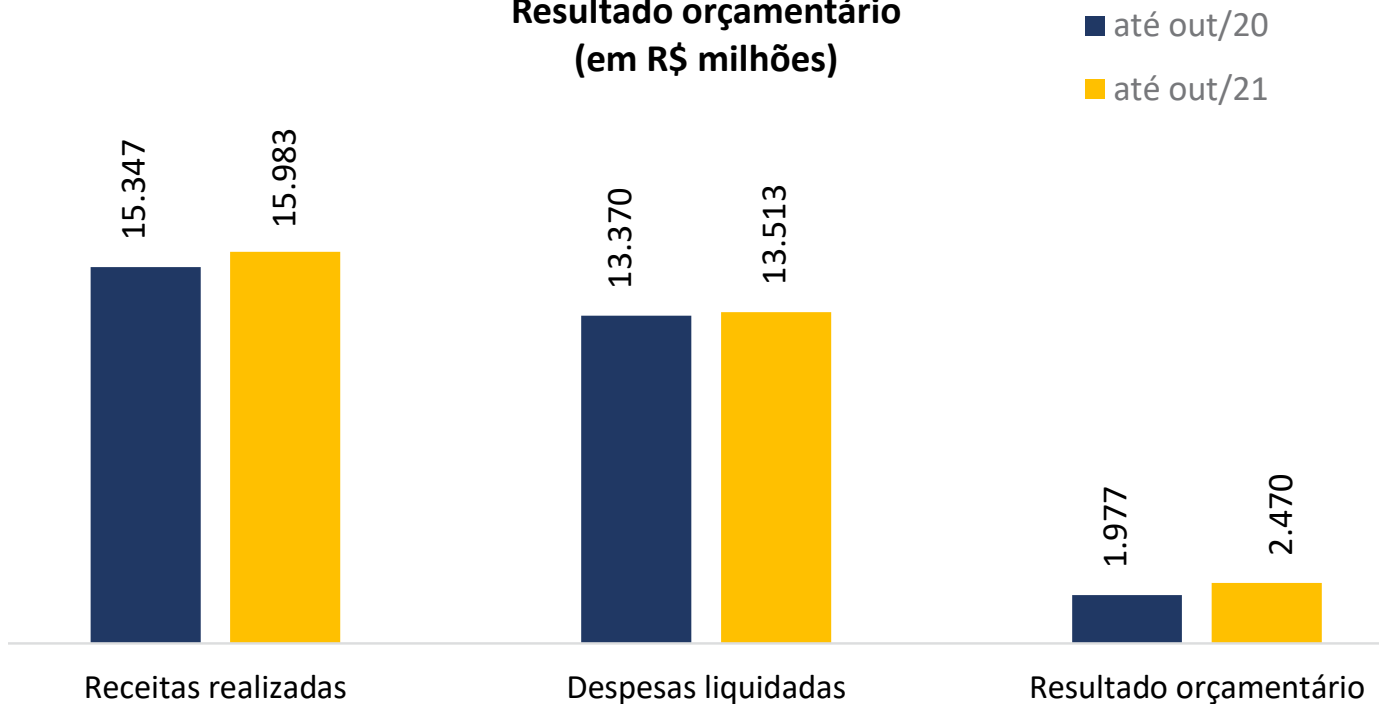


Gráfico 05a | fonte: Painel de Controle

Por outro lado, as funções **Educação** e **Segurança Pública** apresentaram **acrécimos** em outubro de **18%** e **2%**, respectivamente, quando comparados ao mesmo mês do ano anterior, porém, no acumulado continuam apresentando decréscimos: **Educação (-16%)** e **Segurança Pública (-15%)**.

Gestão fiscal | resultado orçamentário

Outubro/2021

Resultado orçamentário
(em R\$ milhões)

O Estado do Espírito Santo **arrecadou aproximadamente R\$ 16 bilhões e executou despesas no montante de R\$ 13,5 bilhões até outubro de 2021.** Com isso, o **resultado orçamentário no período foi superavitário em aproximadamente R\$ 2,5 bilhões.**

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o qual, também, apresentou superávit de aproximadamente R\$ 2 bilhões, houve uma **variação nominal positiva de 24,9%.**

A **variação positiva** pode ser creditada ao **acréscimo** das receitas realizadas (aproximadamente **4%** em comparação ao mesmo período de 2020).

Gráfico 06 | fonte: Painel de Controle

***nota valores repassados pela União**

Gestão fiscal | **impacto dos royalties na RCL**

Outubro/2021

**Impacto dos royalties + PE (%) na RCL
(últimos 12 meses R\$ milhões)**

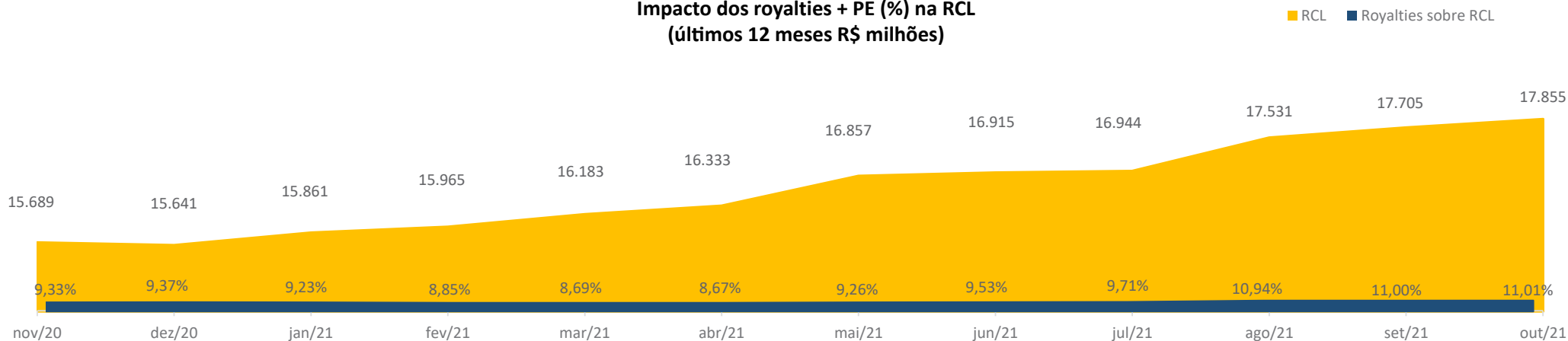


Gráfico 07 | fonte: Sigefes

O gráfico destaca o impacto da receita com royalties e participações especiais, que são recursos finitos, na composição da Receita Corrente Líquida nos últimos 12 meses.

Em **outubro de 2021 a participação dos royalties atingiu 11,01% da RCL, sendo a maior registrada no período da amostra.**

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Outubro/2021

Limites da despesa com pessoal em relação RCL Ajustada (em percentual)			
DESPESA COM PESSOAL	ALERTA 90% do limite legal	PRUDENCIAL 95% do limite legal	LEGAL
Ente Consolidado	54,00%	57,00%	60,00%
Poder Executivo	44,10%	46,55%	49,00%
Poder Judiciário	5,40%	5,70%	6,00%
Ministério Público	1,80%	1,90%	2,00%
Assembleia Legislativa	1,53%	1,62%	1,70%
Tribunal de Contas	1,17%	1,24%	1,30%

Tabela 01 | fonte: LRF

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas (despesa bruta com pessoal), deduzidos alguns itens explicitados pela LRF.

A despesa total com pessoal dos Poderes Estaduais Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e o Ministério Público Estadual, é apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, a exemplo do que ocorre no cálculo da RCL.

A despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, em cada período de apuração, não poderá exceder percentuais da Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL previstos na LRF, conforme os limites máximos estabelecidos.*

RCL ajustada em outubro de 2021:

R\$ 17.811.832.793,28

*Conforme disposto no § 3º do artigo 15 da LC 178/2021 está suspensa a contagem dos prazos e as disposições do art. 23 da LRF, no exercício financeiro de 2021 (recondução aos limites legais com despesas de pessoal).

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Outubro/2021

Consolidado

Despesa com pessoal

R\$ 7,65B

Limite da LRF

42,98%

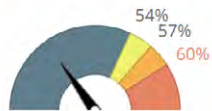


Gráfico 08
Fonte: Painel de Controle

A **despesa com pessoal “Consolidado”** em outubro de 2021, atingiu **R\$ 7,65 bilhões**, representando **42,98% da RCL**, obedecendo ao limite máximo estabelecido pela LRF (60% da RCL)*.

O gasto com pessoal Consolidado** representa a despesa total com pessoal dos Poderes Estaduais Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e o Ministério Público Estadual, apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores.

**De acordo com a LRF, as despesas com pessoal do Estado “Consolidado” não podem ultrapassar 60% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 19 da LRF). Caso esses gastos atinjam 57% da Receita Corrente Líquida Ajustada, o Estado entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF). Caso esses gastos atinjam 54% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta. (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

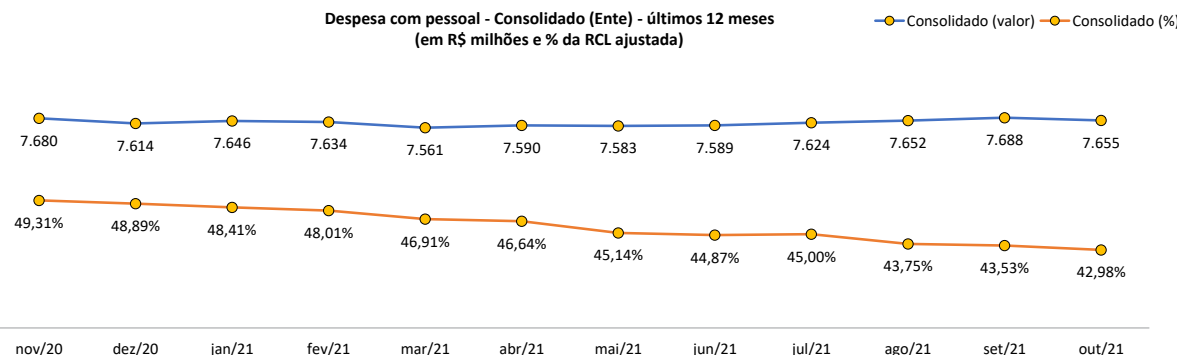


Gráfico 08A | fonte: Sigefes

*** nota**

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Outubro/2021

Poder Executivo

Despesa com pessoal
R\$ 6,09B

Limite da LRF
34,20%

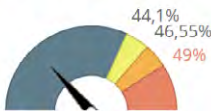


Gráfico 09
Fonte: Painel de Controle

A **despesa com pessoal do Poder Executivo Estadual***, incluída a **Defensoria Pública Estadual** (órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido em lei limite de despesa com pessoal) **atingiu em outubro de 2021 R\$ 6,09 bilhões, o que representou 34,20% da RCL****, obedecendo o limite máximo estabelecido pela LRF para este poder, que é de 49% da RCL.

*Em relação ao Poder Executivo, a LRF estabeleceu que as despesas com pessoal não podem ultrapassar 49% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 46,55% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Poder Executivo entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF) e se tiver atingido 44,10% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

****nota**

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

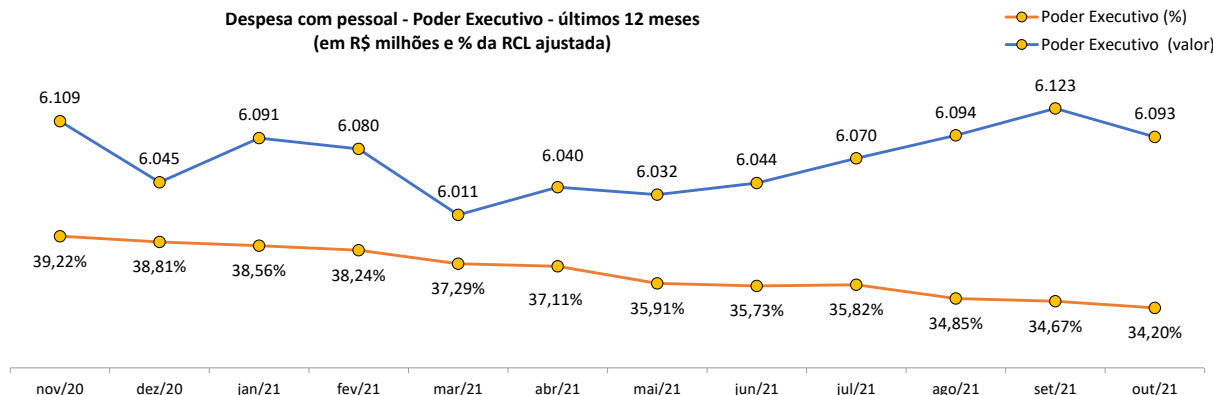


Gráfico 09A | fonte: Sigefes

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Outubro/2021

Poder Judiciário

Despesa com pessoal
R\$ 917,54M

Limite da LRF
5,15%

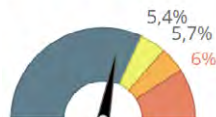


Gráfico 10
Fonte: Painel de Controle

No Poder Judiciário*, a despesa com pessoal correspondeu a R\$ 917,54 milhões, o que representou 5,15% da RCL, obedecendo, portanto, ao limite máximo estabelecido pela LRF (6% da Receita Corrente Líquida Ajustada).

*De acordo com a LRF as despesas com pessoal do Poder Judiciário não podem ultrapassar 6% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 5,70% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Poder Judiciário entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF), e se for o caso de atingirem 5,40% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

Despesa com pessoal - Poder Judiciário - últimos 12 meses
(em R\$ milhões e % da RCL ajustada)

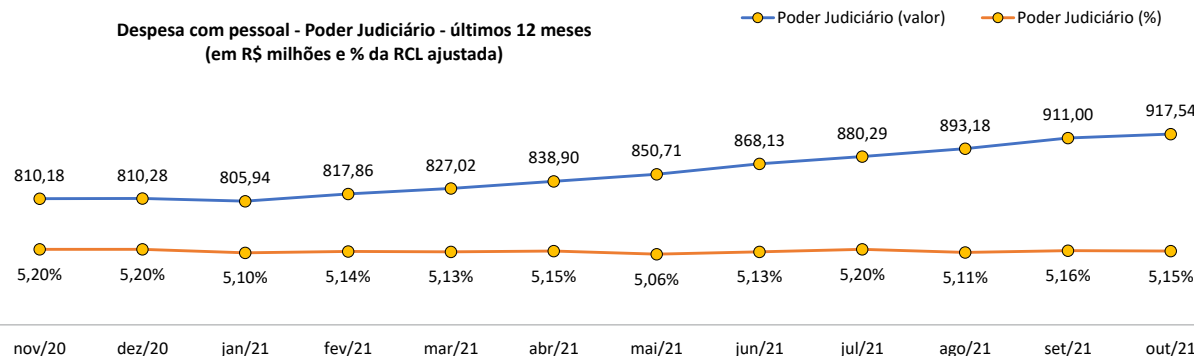


Gráfico 10A | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Outubro/2021

Assembleia Legislativa

Despesa com pessoal
R\$ 181,82M

Limite da LRF
1,02%

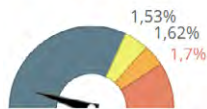


Gráfico 11
Fonte: Painel de Controle

Na Assembleia Legislativa*, a despesa com pessoal atingiu **R\$ 181,82 milhões**, o que representou **1,02% da RCL**, obedecendo ao limite estabelecido pela LRF, de 1,70% da RCL.

*De acordo com a LRF as despesas com pessoal da Assembleia Legislativa não podem ultrapassar 1,70% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 1,62% da Receita Corrente Líquida Ajustada a Assembleia Legislativa entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF), e se tiver atingido 1,53% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

Despesa com pessoal - Ales - últimos 12 meses
(em R\$ milhões e % da RCL ajustada)

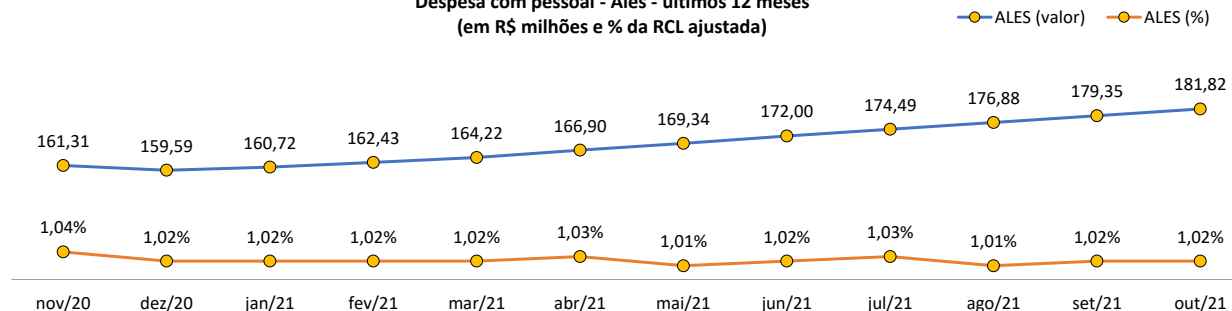


Gráfico 11A | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Outubro/2021

Ministério Público

Despesa com pessoal
R\$ 282,24M

Limite da LRF
1,58%

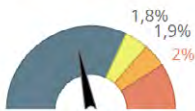


Gráfico 12
Fonte: Painel de Controle

No **Ministério Público Estadual***, a despesa com pessoal atingiu **R\$ 282,24 milhões**, o que representou **1,58% da RCL**, obedecendo ao limite máximo estabelecido (2% da RCL).

*De De acordo com a LRF as despesas com pessoal do Ministério Público não podem ultrapassar 2% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 1,90% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Ministério Público entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF) e caso atinjam 1,80% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

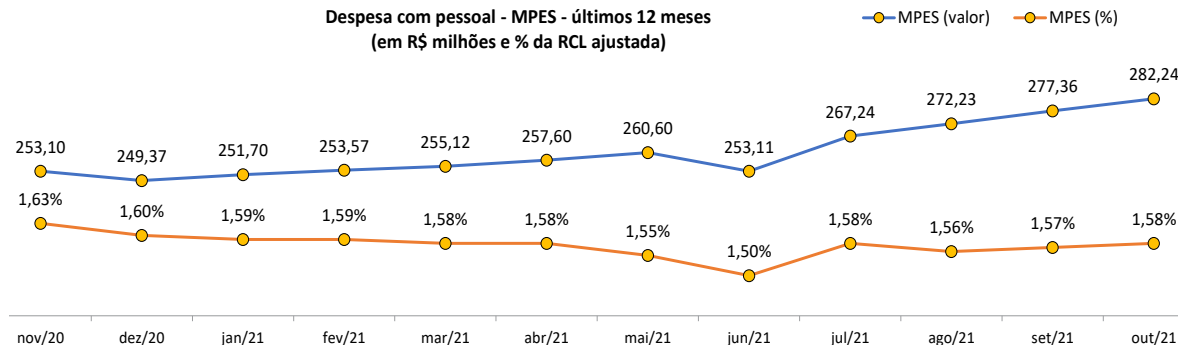


Gráfico 12A | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Outubro/2021

Tribunal de Contas

Despesa com pessoal
R\$ 138,25M

Limite da LRF
👍 **0,78%**

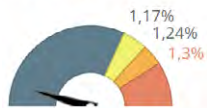


Gráfico 13
Fonte: Painel de Controle

No **Tribunal de Contas***, a despesa com pessoal atingiu **R\$ 138,25 milhões**, o que representou **0,78% da RCL**, obedecendo ao limite estabelecido de 1,30% da RCL.

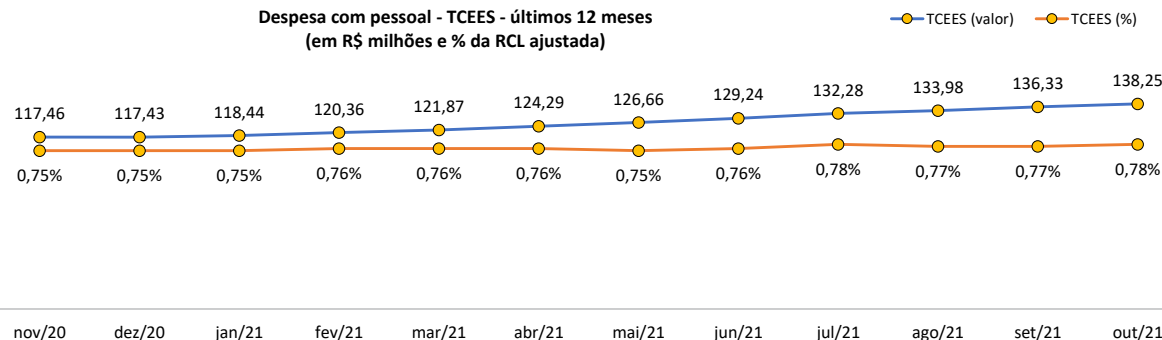


Gráfico 13A | fonte: Sigefes

*De acordo com a LRF as despesas com pessoal do Tribunal de Contas não podem ultrapassar 1,30% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 1,235% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF). No caso de esses gastos atingirem 1,170% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Outubro/2021

Defensoria Pública

Despesa com pessoal

R\$ 55,31M

A **Defensoria Pública atingiu R\$ 55,31 milhões** de despesas com pessoal em outubro de 2021, que estão incluídos no cômputo do limite estabelecido pela LRF para o Poder Executivo do Estado.

O gráfico, apresenta um histórico da despesa com pessoal da Defensoria Pública do Estado, nos últimos 5 anos, evidenciando que de 2016 a 2019 ocorreu uma redução de aproximadamente 11,79%. Em 2020, contudo, constatou-se um acréscimo de aproximadamente 5% em relação ao ano anterior.*

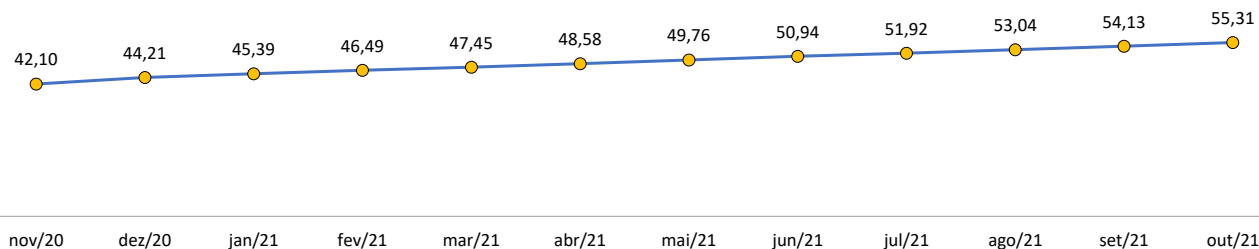
Despesa com pessoal - Defensoria Pública - últimos 12 meses
(em R\$ milhões)

Gráfico 14 | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | cenários da despesa com pessoal

Outubro/2021

Considerando redução dos royalties

Cenários do percentual da despesa com pessoal* considerando redução dos royalties - outubro/2021

Redução dos Royalties (Cenários)	Ente (Consolidado)	Executivo	TJ	MP	Ales	TC
0%	42,98%	34,20%	5,30%	1,62%	1,05%	0,80%
-10%	43,45%	34,59%	5,36%	1,64%	1,06%	0,81%
-15%	43,70%	34,78%	5,39%	1,64%	1,07%	0,81%
-20%	43,95%	34,98%	5,42% limite de alerta	1,65%	1,07%	0,82%
-65%	46,30%	36,85%	5,71% limite prudencial	1,74%	1,13%	0,86%
-90%	47,71%	37,98%	5,89% limite prudencial	1,80% limite de alerta	1,16%	0,89%
-95%	48,01%	38,21%	5,92% limite prudencial	1,81% limite de alerta	1,17%	0,89%
-100%	48,31%	38,45%	5,96% limite prudencial	1,82% limite de alerta	1,18%	0,90%

Tabela 02 | fonte: Sigefes

*A despesa com pessoal considera todo o aporte previdenciário do órgão, cenário que prevalecerá a partir de dezembro de 2021 em decorrência do §3º do artigo 19 da LC nº 101/2000, incluso pela LC nº 178/2021, c/c a normatização do TCE-ES na IN nº 72, de 4 de maio de 2021.

As receitas de compensação financeira oriundas da produção de petróleo estão classificadas no grupo de transferências correntes, compondo a base de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL). Como se trata de recursos de alta volatilidade e de natureza transitória, a planilha em destaque aponta quais seriam os percentuais de despesa total com pessoal, por poder e órgão, considerando a hipótese de redução gradual desse tipo de receita de compensação financeira, acrescido do aporte de recursos para cobertura do déficit financeiro do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, conforme o §3º do artigo 18 da LC nº 101/2000, incluído pela LC nº 178/2021.

Neste caso é possível observar que

- ▶ O Tribunal de Justiça atingiria o limite de alerta na hipótese de uma redução mínima de 20% nas receitas de compensação financeira (royalties) e o limite prudencial na hipótese de uma redução mínima de 65% nas referidas receitas;
- ▶ O Ministério Público atingiria o limite de alerta na hipótese de uma redução mínima de 90% nas receitas de compensação financeira (royalties);
- ▶ O Ente (Consolidado), Poder Executivo, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas, mesmo na hipótese de redução integral (100%) da receita de compensação financeira (royalties), permaneceriam com percentuais de despesa com pessoal abaixo dos limites estabelecidos.

Em virtude das alterações decorrentes da Emenda Constitucional – EC nº 108, de 2020, que incluiu o art. 212-A na Constituição Federal (CF/88), e da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o **novo** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o **TCEES está realizando os ajustes necessários na sistemática de cálculo** de forma a contemplar a aferição do cumprimento do limite mínimo de aplicação dos recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), no montante de 25% das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais.

Inclusive para contemplar o mínimo exigível de aplicação de 70% dos recursos recebidos pelo Estado relativos ao Fundeb, na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. Ressalta-se que até 2020 o mínimo exigível era de 60%.

Em função dos ajustes que estão sendo realizados, os **dados de 2021 continuam indisponíveis**.

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | aplicação na saúde

Outubro/2021

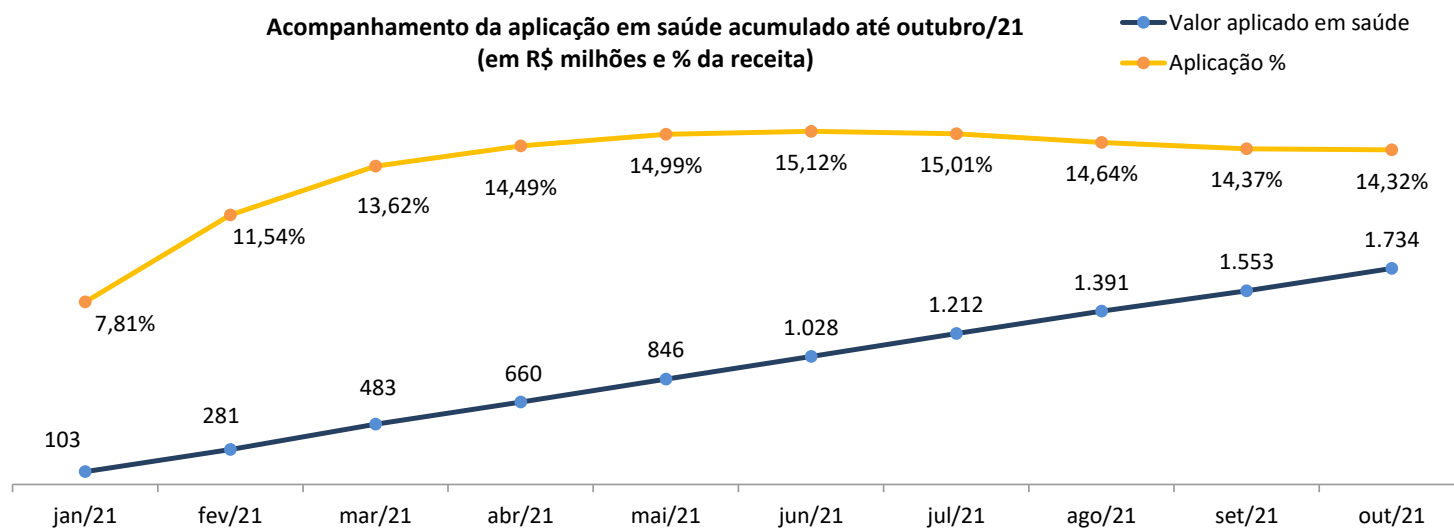


Gráfico 15 | fonte: Painel de Controle

A verificação quanto ao cumprimento do limite mínimo de aplicação dos 12% das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais, em ações e serviços públicos de Saúde é anual.

No entanto, apenas para fins de acompanhamento, o gráfico apresenta os valores e respectivos percentuais, relativos ao acumulado de recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde até o mês de referência. Nesse caso, observa-se que o **Estado aplicou aproximadamente R\$ 1,7 bilhão em Saúde, correspondente a 14,32% das receitas resultantes de impostos**, incluídas as transferências constitucionais.

Gestão fiscal | resultado primário e nominal

Outubro/2021

Resultado primário (em R\$ milhões)

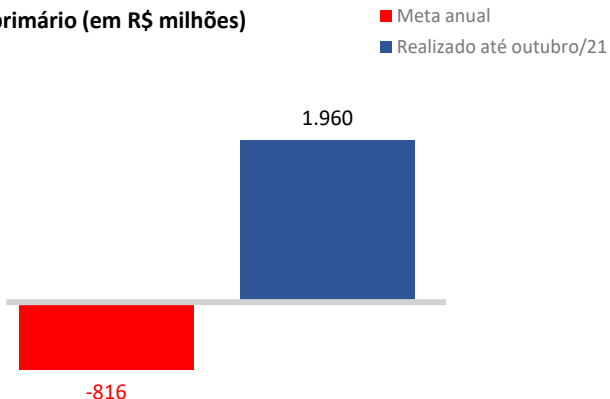


Gráfico 16 | fonte: Painel de Controle

O Resultado Primário é conceituado pela diferença entre Receitas Primárias e Despesas Primárias do Estado. Em caso de diferença positiva, tem-se um superávit primário; caso a diferença seja negativa, tem-se um déficit primário.

As Receitas Primárias correspondem às receitas orçamentárias que efetivamente diminuem o montante da Dívida Consolidada Líquida, ou seja, que aumentem as disponibilidades de caixa do ente sem um equivalente aumento no montante de sua dívida consolidada.

As despesas primárias correspondem às despesas orçamentárias que diminuem o estoque das disponibilidades de caixa e haveres financeiros, sem uma contrapartida em forma de diminuição equivalente no estoque da dívida consolidada.

Superávits primários representam esforço fiscal no sentido de diminuição da Dívida Consolidada Líquida. Em contrapartida, déficits primários têm como implicação o aumento da Dívida Consolidada Líquida.

Resultado nominal (em R\$ milhões)

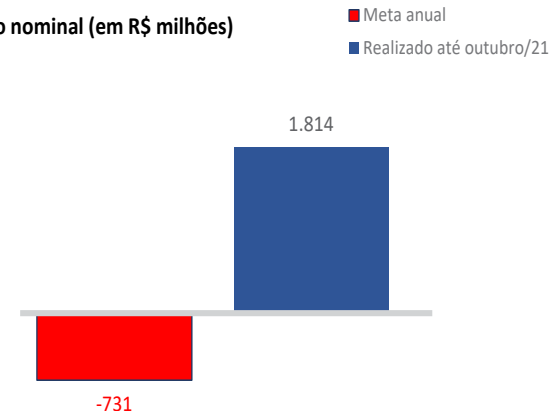


Gráfico 16A | fonte: Painel de Controle

O Resultado Nominal representa a variação da Dívida Consolidada Líquida em dado período e pode ser obtido a partir do Resultado Primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos).

Ao final de outubro de 2021, observou-se um Resultado Primário superavitário de aproximadamente R\$ 2 bilhões, representando desempenho dentro do parâmetro estabelecido para o ano no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2021.

Quanto ao **Resultado Nominal**, observou-se que o resultado **acumulado até outubro/21 foi superavitário em aproximadamente R\$ 1,8 bilhão, indicando uma diminuição da Dívida Consolidada Líquida**, estando dentro do parâmetro estabelecido para o ano no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2021.

Gestão previdenciária | resultado previdenciário

Outubro/2021

Acumulado até outubro (valores em R\$ milhões)

Fundo Previdenciário

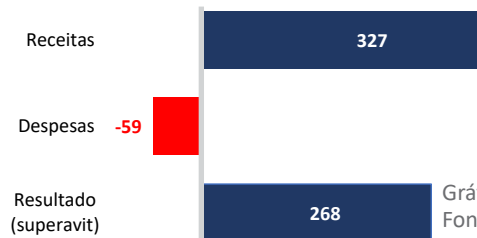


Gráfico 17
Fonte: Sigefes

Fundo Financeiro

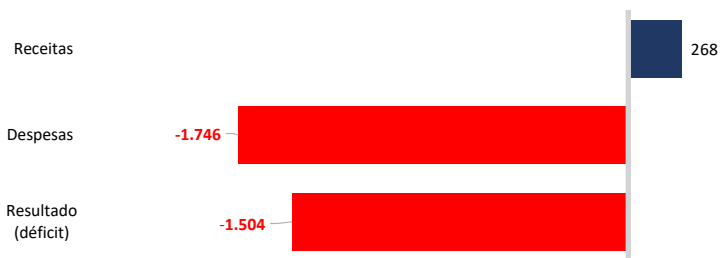


Gráfico 17A
Fonte: Sigefes

Fundo de Proteção Social dos Militares



Gráfico 17B
Fonte: Sigefes

Com o advento da LC nº 282/2004, foram criados os Fundos Financeiro e Previdenciário que se destinam, respectivamente, ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores que tenham ingressado no serviço público estadual e aos aposentados e pensionistas que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação da referida Lei, e ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressaram ou que venham a ingressar no serviço público estadual a partir da publicação desta lei.

Além disso, por meio da Lei Complementar 943 de 16/03/2020, foi criado o Fundo de Proteção Social dos Militares – FPS*.

Os gráficos destacam que o **Fundo Previdenciário alcançou superávit de aproximadamente R\$ 268 milhões**, enquanto que o **Fundo Financeiro e o Fundo de Proteção Social dos Militares**, em função do grande volume de despesas previdenciárias frente às receitas auferidas até o final do mês de outubro de 2021, apresentaram **resultados deficitários de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão e R\$ 517 milhões**, respectivamente.

*nota
FPS dos militares

Gestão **orçamentária**

Receita

Receita **total**

Composição da receita

Despesa

Despesa **total**

Comparativo da despesa **por função**

Resultado orçamentário

Gestão **fiscal**

Limites constitucionais e legais

Despesa com pessoal e
aplicação em saúde

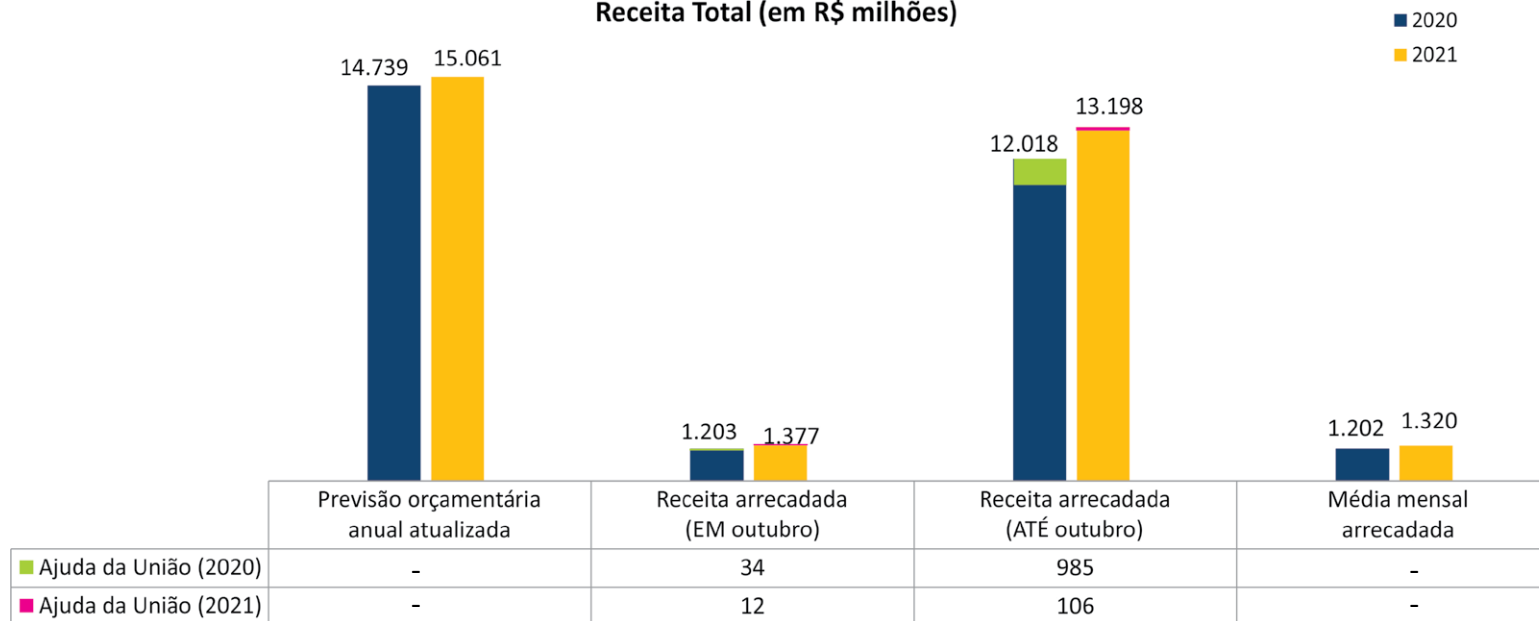
Aplicação no **ensino**

Clique nas abas para
acessar as informações

Gestão orçamentária | receita **total**

Outubro/2021

Receita Total (em R\$ milhões)



As Leis Orçamentárias Anuais (LOA) dos 78 municípios que homologaram suas contas mensais de outubro/2021 no Tribunal de Contas, consideradas de forma agregada e atualizadas pela abertura de créditos adicionais, estimaram as **receitas em aproximadamente R\$ 15 bilhões**, evidenciando, desta forma, um **acréscimo em torno de 2,2% em relação ao montante de arrecadação previsto para o mesmo período do ano anterior, que foi de aproximadamente R\$ 14,7 bilhões.**

A **receita arrecadada até outubro de 2021, de aproximadamente R\$ 13,2 bilhões**, representou um **acréscimo de 9,8%** quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 18 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

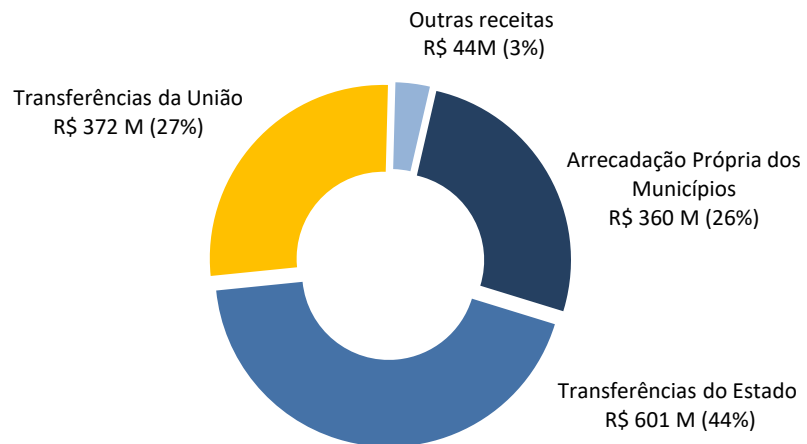
Composição da receita arrecadada
(EM outubro - em R\$ milhões)

Gráfico 19 | Fonte: Painel de Controle / dados abertos.

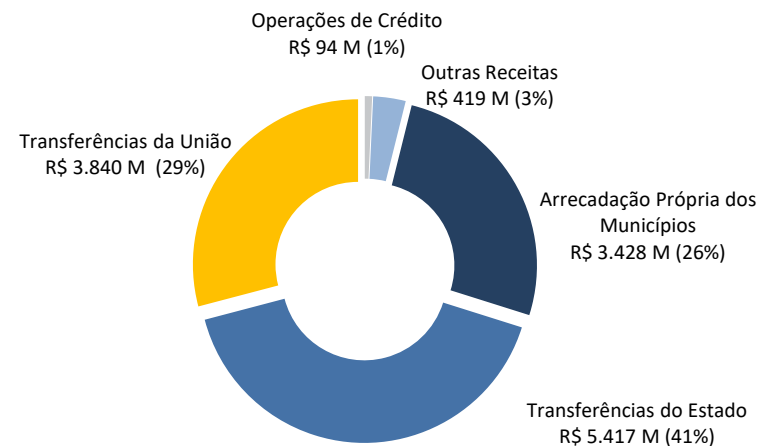
Composição da receita arrecadada
(ATÉ outubro - em R\$ milhões)

Gráfico 19A | Fonte: Painel de Controle / dados abertos.

Gestão orçamentária | despesa total

Outubro/2021

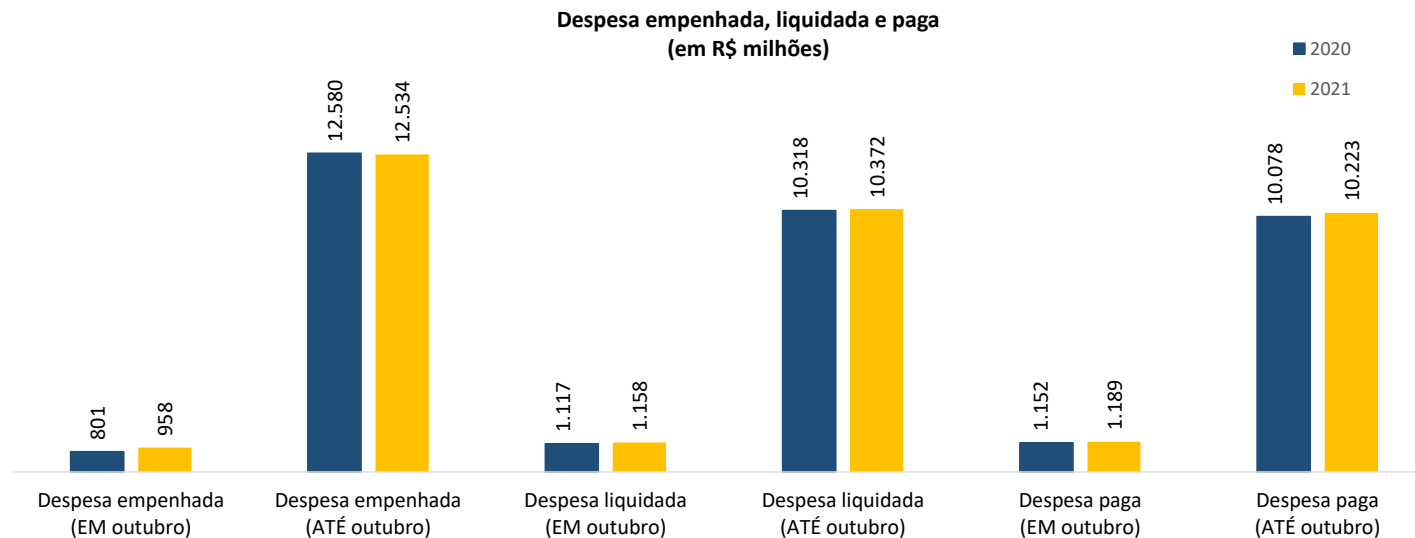


Gráfico 20 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

As **despesas empenhadas em outubro** registraram um **acréscimo de 19,6%** quando comparadas às do mesmo mês de 2020. Por outro lado, as **despesas empenhadas até outubro de 2021**, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um **decréscimo de -0,4%**.

As **despesas liquidadas em outubro** registraram um **acréscimo de 3,7%** quando comparadas às do mesmo mês de 2020. As **despesas liquidadas até outubro**, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um **acréscimo de 0,5%**.

As **despesas pagas em outubro de 2021** registraram um **acréscimo de 3,2%** quando comparadas às do mesmo mês de 2020. De igual modo, as **despesas pagas até outubro de 2021**, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, evidenciaram um **acréscimo de 1,4%**.

Gestão orçamentária | **comparativo** da despesa **por função**

Outubro/2021

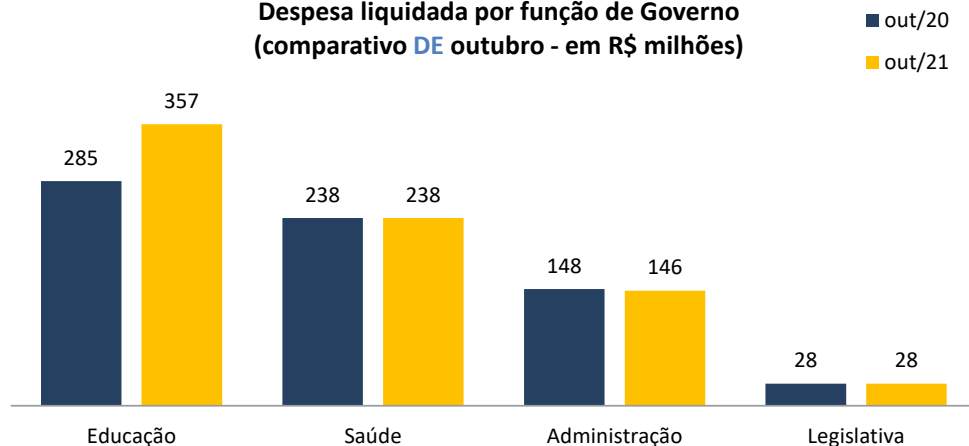
Despesa liquidada por função de Governo
(comparativo DE outubro - em R\$ milhões)

Gráfico 21 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

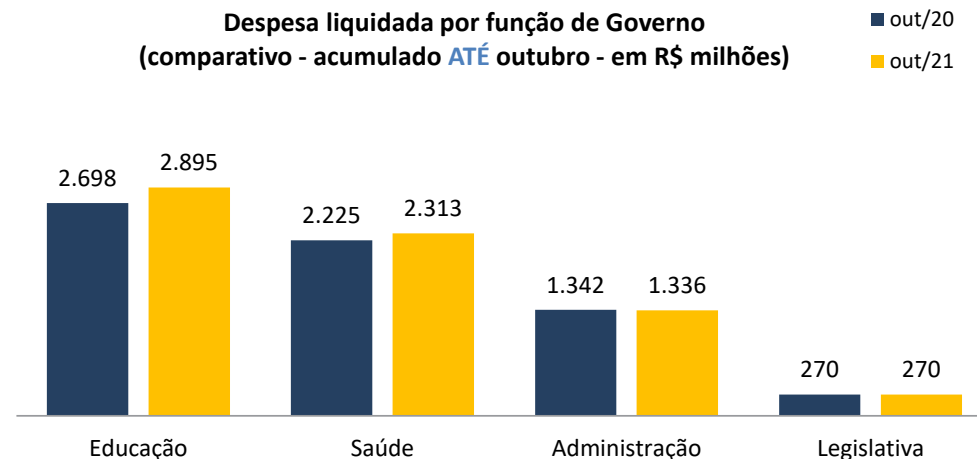
Despesa liquidada por função de Governo
(comparativo - acumulado ATÉ outubro - em R\$ milhões)

Gráfico 21A | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

Em análise às despesas liquidadas por funções de governo, constatou-se que até o mês de outubro de 2021 ocorreu **acréscimo nominal das despesas nas funções educação (7,3%) e saúde (4%)**, quando comparadas às apresentadas no mesmo período do ano anterior. No que se refere às despesas liquidadas nas funções **legislativa e administração**, constatou-se que estas se mantiveram praticamente no mesmo patamar em relação aos montantes acumulados em igual período de 2020.

Gestão orçamentária | resultado orçamentário

Outubro/2021

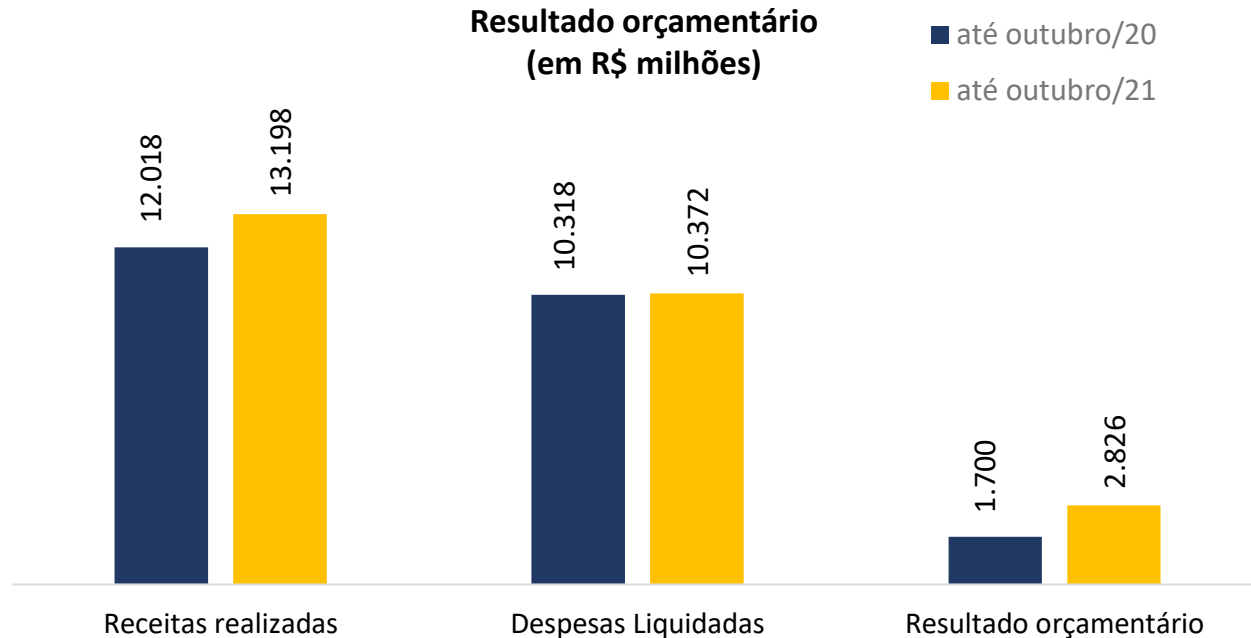


Gráfico 22 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

Consideradas as informações contidas nas prestações de contas dos 78 municípios capixabas, constatou-se que estes **arrecadaram aproximadamente R\$ 13,2 bilhões e executaram despesas no montante de R\$ 10,4 bilhões** até o final de outubro deste exercício. Com isso, o **resultado orçamentário no período foi superavitário em R\$ 2,8 bilhões**.

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o qual, também, apresentou superávit (aproximadamente R\$ 1,7 bilhão), houve uma **variação nominal positiva de aproximadamente 66%**. A variação positiva pode ser creditada, em grande parte, ao acréscimo das receitas realizadas (variação de 9,8% em relação ao mesmo período antecedente).

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal e aplicação em saúde**

Outubro/2021

Poder Executivo Municipal - Despesa com pessoal
Quantidade de municípios por faixa de limites da LRF

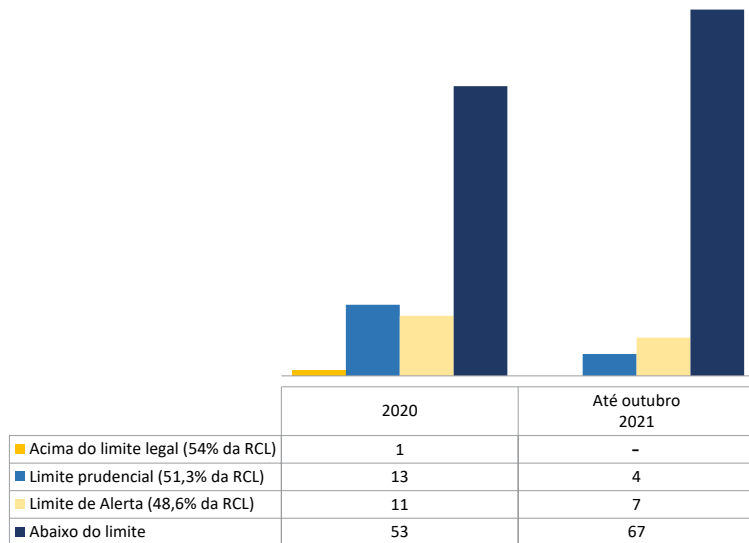


Gráfico 23 | fonte: Painel de Controle (acesso em 23/11/2021 às 13h45)

Em outubro deste ano, destacou-se a redução na quantidade de municípios que atingiram os limites de alerta e prudencial, no que diz respeito à despesa com pessoal do Poder Executivo, comparativamente ao final de 2020. Além disso, **não há municípios acima do limite legal da LRF (54% da RCL).**

Quantidade de municípios que aplicaram ou não o limite mínimo exigível em saúde

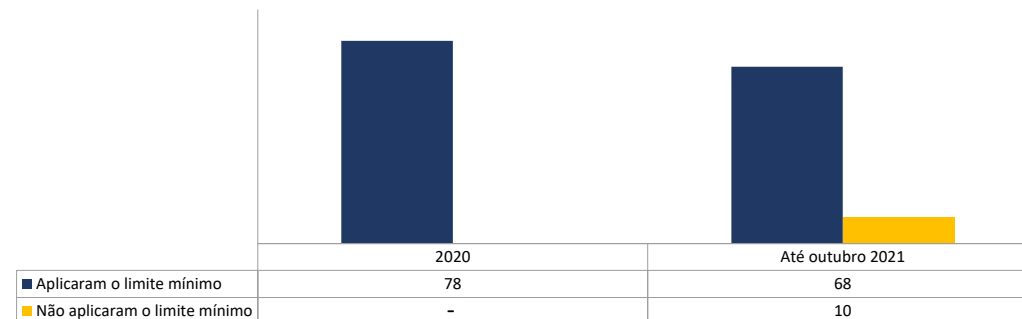


Gráfico 23A | fonte: Painel de Controle (acesso em 23/11/2021 às 13h45)

A verificação quanto ao cumprimento do limite mínimo de aplicação dos recursos em Saúde, no montante de 15% das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais é anual.

O gráfico destaca, para fins de acompanhamento, que **10 dos 78 municípios tendem ao descumprimento do limite mínimo exigível em Saúde.**

Em virtude das **alterações decorrentes da Emenda Constitucional – EC nº 108, de 2020**, que incluiu o art. 212-A na Constituição Federal, e da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que **regulamenta o novo Fundeb, o TCEES está realizando os ajustes necessários na sistemática de cálculo/apuração do cumprimento dos limites mínimos exigíveis**, adequando-a, inclusive, ao novo modelo do demonstrativo introduzido por força dos instrumentos legais mencionados.

Em função dos ajustes que estão sendo realizados, os **dados de 2021 continuam indisponíveis**.

Nas economias avançadas, a pandemia segue sob controle, contribuindo para que a economia mundial continue se recuperando neste semestre. O progresso no controle da pandemia é notável e o Brasil é um dos melhores exemplos disso. Assim, tudo indica que estamos reabrindo a economia de forma segura, com riscos de novas ondas de contaminação bem contidos, devido ao forte ritmo de vacinação. Em consequência, no Brasil, como esperado, a normalização da economia segue em frente, ainda que com elevada heterogeneidade entre os setores.

Serviços se recuperam, comércio e indústria desaceleram, inflação não dá trégua. No Brasil, como de forma geral no resto do mundo, o último trimestre de 2021 começa com a economia colhendo os benefícios do gradual controle da pandemia da Covid-19, em termos do ritmo da atividade econômica e da geração de empregos.

¹ Fontes: Boletim Macro Ibre/FGV de outubro de 2021, Boletim da Indústria Capixaba do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies) de novembro de 2021, A Semana Econômica (Ideies), Instituto Jones Santos Neves (IJSN). Ata 242^o do Copom.

Em que pese o quadro relativamente favorável na saúde pública, ainda há diversos desafios, tanto para a economia mundial quanto para a brasileira, para que essas se recuperem integralmente dos choques gerados pela pandemia.

No *front* internacional, aumentaram nas últimas semanas as preocupações com o ritmo da atividade econômica. Em particular, na Europa, mesmo com o resultado positivo da indústria em setembro, os gargalos da cadeia de oferta devem persistir e manter as pressões inflacionárias. Além das questões relacionadas ao setor automobilístico, há em curso uma crise energética que tem sido mais intensa na Europa e na China. Há um problema de desabastecimento de gás natural na Europa, com impactos tanto para o consumidor quanto para a indústria.

Na China, a indústria está sofrendo com a escassez de carvão e da eletricidade que é gerada com seu uso. Além de enchentes na principal região produtora de carvão, a pressão do governo para a redução de gases poluentes tem intensificado o problema. Com isso, o PMI industrial de setembro voltou a cair, ficando em nível contracionista pela primeira vez desde abril de 2020. Um elemento adicional no cenário econômico chinês é a incerteza no mercado imobiliário. O risco de insolvência de uma das maiores incorporadoras do país pode desencadear uma crise no setor. E, com esse pano de fundo, como esperado, o PIB chinês desacelerou, crescendo apenas 4,9% no terceiro trimestre, em relação ao mesmo período do ano passado. No trimestre anterior, o crescimento havia sido de 7,9%.

Por fim, nos EUA, a principal discussão é sobre a retirada de estímulos monetários, que deve começar em novembro, a menos de surpresas quanto ao ritmo de recuperação econômica ou à inflação. De fato, vários dirigentes do Banco Central dos EUA têm reconhecido os riscos de alta nas projeções de inflação. Também no Reino Unido um aumento de juros parece próximo, na esteira de altas já registradas em diversos outros países.

Ou seja, mundo afora as atenções se voltam para a inflação e, em especial, para a necessidade que esta imporá de retirada de muitos dos estímulos monetários introduzidos no último ano e meio.

Panorama internacional

Setor externo brasileiro

O Ministério da Economia apresentou o resultado mensal da Balança Comercial de outubro. No mês, as exportações totalizaram US\$ 24,2 bilhões e as importações US\$ 19,9 bilhões, gerando um saldo positivo de US\$ 4,3 bilhões. Em relação a outubro de 2020, as exportações, em valores, cresceram 27,6% e as importações 54,9%. O desempenho das exportações foi puxado pela indústria de transformação (24,4%) e pela indústria extrativa (40,5%), na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Pelo lado das importações, o destaque foi a indústria de transformação, que importou 51,4% a mais que outubro de ano passado. No acumulado do ano até outubro, o valor das exportações cresceu 36,0% em relação ao mesmo período de 2020, atingindo US\$ 235,8 bilhões. As importações elevaram 38,3%, totalizando US\$ 177,2 bilhões. Dessa forma, o saldo comercial acumulado em 2021 foi de US\$ 58,8 bilhões, montante 29,6% maior que o do ano anterior.

Gráfico - Balança comercial mensal, Brasil – US\$ bilhões

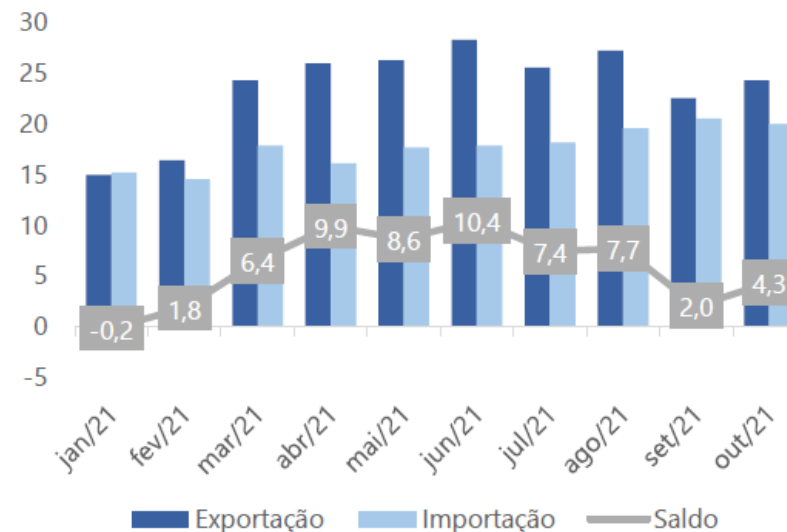


Gráfico 24 | Fonte: Banco Central | Elaboração: Ideies/Findes

Setor externo capixaba

Em outubro de 2021, o comércio exterior capixaba apresentou retração de -7,44%, puxado pela contração de -9,67% nas exportações, frente ao mês imediatamente anterior, enquanto as importações caíram -4,04% no período. Na comparação com outubro de 2020, por sua vez, houve expansão de +63,82% no comércio exterior capixaba, puxado tanto pelas exportações (+93,62%) quanto pelas importações (+34,12%). O resultado acumulado de janeiro a outubro de 2021 continuou em ascensão de +56,70% no Espírito Santo, com +89,22% nas exportações e +24,03% nas importações. No acumulado em 12 meses, as exportações do estado avançaram +65,74% e as importações +17,26%, respondendo por um crescimento de +41,67% no comércio exterior capixaba, o que mantém a tendência de crescimento anualizada.

Os Estados Unidos mantiveram-se no topo do *ranking* dos destinos das exportações capixabas em outubro de 2021, embora tenha apresentado queda de -24,69% ante ao mês anterior, e teve participação de 22,13% no período. A Argentina subiu para a segunda posição, com 8,97% de participação, seguida pelo Egito, com 8,36% e pela Malásia, com 8,02% do valor.

Atividade econômica

O Banco Central do Brasil (BCB) divulgou o Boletim Focus. Os analistas do mercado reduziram, novamente, as projeções de crescimento para a economia brasileira deste ano, de 4,97% para 4,94% nesta semana. No que tange a inflação, a mediana das expectativas aponta para alta de 9,17% em 2021, elevação de 0,58 p.p. em relação a taxa da semana anterior. Essa é a 30ª projeção consecutiva de avanço do IPCA, que tem se aproximado da casa de dois dígitos. Após o Copom aumentar a Selic em 1,5 p.p. na semana anterior e projetar elevação na mesma magnitude na última reunião do ano, o mercado agora espera que a taxa básica de juros da economia vá terminar 2021 em 9,25% a.a. Para o câmbio, a mediana das expectativas foi elevada de uma cotação de R\$/US\$ 5,45 para R\$/US\$ 5,50.

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia (ME) publicou o Boletim MacroFiscal de novembro. Para o PIB, o ME reduziu a projeção de crescimento de 5,3% para 5,1% em 2021. Entre os fatores da desaceleração, o boletim destaca o choque nas cadeias globais de fornecimento e o aumento dos juros domésticos. Como consequência, há um prejuízo à produção industrial do país, causada pela falta e encarecimento de insumos, e adiamento dos investimentos. Para a inflação, medida pelo IPCA, a revisão foi para um aumento de 7,9% para 9,7% neste ano.

Focus – Expectativas de mercado – 1 de novembro de 2021

Indicador	Mediana das Expectativas de Mercado (2021)	Comportamento das últimas 4 semanas			
		08/10	15/10	22/10	29/10
PIB (% de crescimento)	4,94	→	↓	↓	↓
IPCA (%)	9,17	↑	↑	↑	↑
Selic (% a.a.)	9,25	→	→	↑	↑
Câmbio (R\$/US\$)	5,50	↑	→	↑	↑

Legenda: ↑ alta → estabilidade ↓ queda

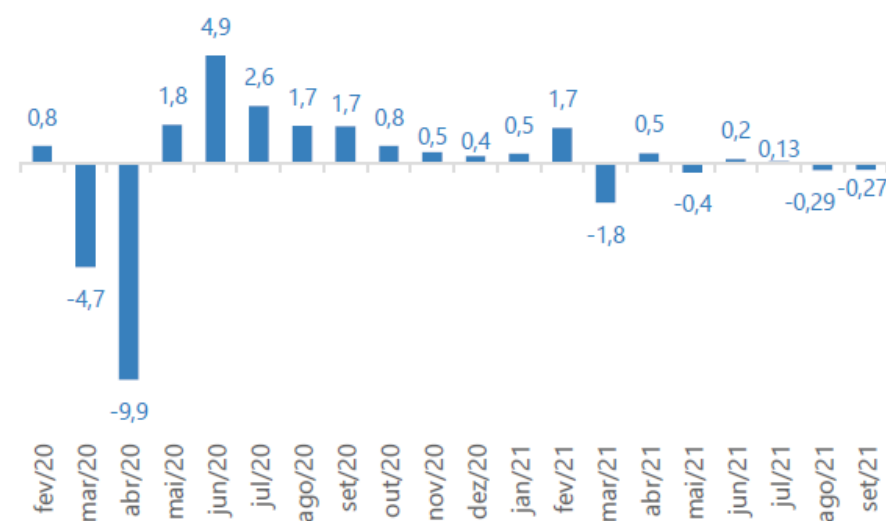
Tabela 03 | Fonte: Banco Central | Elaboração: Ideies/Findes

Atividade econômica

O Banco Central do Brasil divulgou o Índice de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br) de setembro. Em relação a agosto deste ano, o índice recuou -0,27%, já descontado os efeitos sazonais. Essa foi a segunda queda consecutiva da atividade econômica nacional na comparação mensal. O resultado de setembro foi influenciado pelas quedas disseminadas entre os três setores econômicos: serviços (-0,6%), comércio (-1,3%) e indústria (-0,4%). O IBC-Br, também conhecido como uma “prévia do PIB”, apontou queda de -0,14% no trimestre encerrado em setembro. Se confirmado o recuo, será o segundo consecutivo nessa base de comparação. Nessa circunstância, o país entraria em uma “recessão técnica”, que é caracterizada por duas quedas seguidas da atividade econômica trimestral. No acumulado do ano, por outro lado, a economia brasileira acumula crescimento de 5,8%, em comparação com o mesmo período de 2020.

O BCB também divulgou o Índice da Atividade Econômica Regional de setembro, com dados para o Espírito Santo (IBCR-ES). Após ter caído -0,37% em agosto, o índice recuou -0,78% em setembro. A queda foi influenciada pelo resultado do comércio, que caiu -3,3% no varejo ampliado. Os setores de serviços e indús-

Evolução do IBC-BR – Variação (%) na comparação com o mês anterior*



*Com ajuste sazonal.

Gráfico 25 | Fonte: BCB | Elaboração: Findes/Ideies.

Atividade econômica

tria cresceram no mês, nessa ordem, 1,6% e 0,2%, já descontados os efeitos sazonais. No 3º trimestre, o indicador apontou uma desaceleração da economia capixaba ao encolher -0,7% na comparação com o 2º trimestre deste ano. De acordo com o IBCR-ES, este é o primeiro resultado negativo na base trimestral de 2021. Já no acumulado de janeiro a setembro, a atividade econômica do estado cresceu 8,2%, quando comparado com o mesmo período de 2020. Com os dados de setembro, a economia capixaba ficou 2,6% acima da registrada em fevereiro do ano passado, em uma situação pré-pandemia.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a Pesquisa Mensal da Indústria – Produção Física (PIM-PF) de setembro. De acordo com os resultados da pesquisa, a produção industrial brasileira retraiu -0,4% na passagem de agosto para setembro, já descontado os efeitos sazonais. Essa é a quarta

Evolução do IBCR-ES – Índice mensal dessazonalizado, setembro

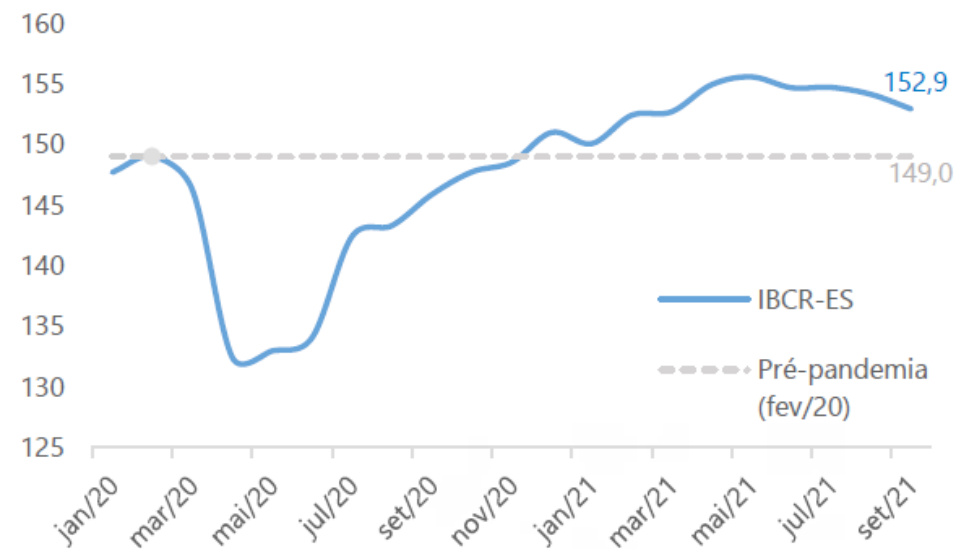
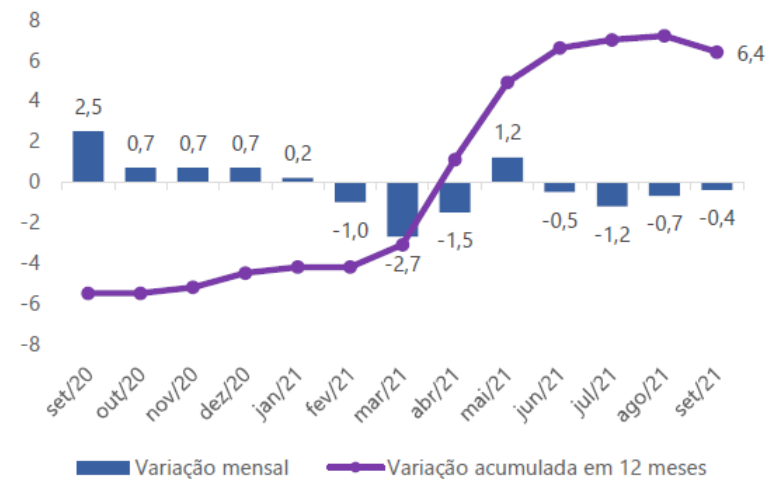


Gráfico 26 | Fonte: BCB | Elaboração: Findes/Ideies.

Atividade econômica

queda consecutiva do indicador e a sétima no ano. Entre as atividades que mais impactaram o resultado mensal estão produtos alimentícios (-1,3%) e a metalurgia (-2,5%). No lado positivo, os produtos farmoquímicos e farmacêuticos (6,5%) e outros produtos químicos (2,3%) tiveram os melhores desempenhos no período. Já no acumulado em 12 meses, a produção industrial apresentou elevação de 6,4%, apesar de mostrar uma reversão na tendência de crescimento nessa base de comparação. A PIM-PF também revelou uma perda de dinamismo na indústria, que tem sido afetada pelos gargalos nas cadeias produtivas globais, pelo aumento da inflação e alto desemprego nacional. Com o resultado de setembro, a indústria brasileira está -3,2% abaixo do patamar pré-pandemia.

Indústria geral, Brasil – Variação (%) mensal* e acumulada em 12 meses, setembro de 2021



*Com ajuste sazonal.

Gráfico 27 | Fonte: IBGE / PIM-PF | Elaboração: Ideies / Findes.

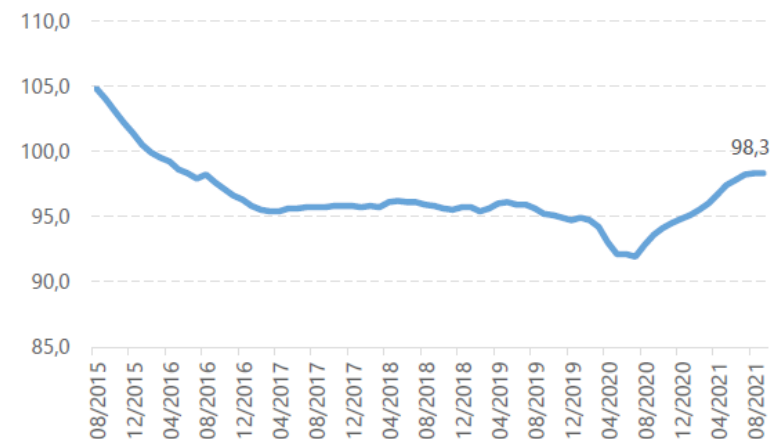
Atividade econômica

Ainda sobre os indicadores industriais, os resultados acumulados no ano são positivos. No recorte anual, o emprego acumula alta de 4,2% em relação ao mesmo período de 2020. As horas trabalhadas na produção e o faturamento real também cresceram, acumulando elevação de 12,4% e 8,9%, respectivamente.

O IBGE publicou os resultados nacionais e regionais da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). No acumulado entre janeiro e setembro deste ano, o volume de vendas no comércio nacional avançou 3,8%. Entre as atividades, as que mais aumentaram no período foram tecidos, vestuários e calçados (24,0%), seguido por outros artigos de uso pessoal e doméstico (22,1%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (12,3%). No Espírito Santo, as vendas no varejo cresceram 9,1%, com equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (54,5%) apresentando a maior alta entre as atividades, seguidos por tecidos, vestuário e calçados (39,0%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (38,3%). O comércio varejista ampliado, que engloba veículos, motos, partes e peças e material de construção, aumentou 8,0% no país e 17,6% no estado. Em ambos, veículos, motocicletas, partes e peças tiveram as maiores elevações, 21,6% e 31,3%, respectivamente.

Foi divulgada também a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) de setembro de 2021 pelo IBGE. No acumulado do ano, o volume de serviços cresceu 11,4% no país, frente ao mesmo período do ano anterior. O desempenho do setor foi in-

Índice do emprego industrial* (Índice de base fixa: média 2006 = 100)



*Com ajuste sazonal

Gráfico 28 | Fonte: CNI / Indicadores industriais | Elaboração: Ideies / Findes.

Atividade econômica

Outubro/2021

fluenciado pelas cinco atividades pesquisadas, com destaque para os serviços prestados às famílias (16,4%) e transportes, serviços auxiliares ao transporte e correio (15,9%). Com o resultado de setembro, o setor interrompeu uma sequência de taxas positivas nos cinco meses anteriores. O volume de serviços no país se encontra 3,7% acima do período de fevereiro de 2020. No Espírito Santo, os serviços acumularam alta de 10,2% entre janeiro e setembro de 2021. O resultado também foi puxado por todas as cinco atividades pesquisadas, com as maiores influências dos serviços prestados às famílias (23,0%) e dos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (12,9%). No estado, o setor está 11,1% superior ao período pré-pandemia (fev/2020).

O IBGE publicou os resultados regionais da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF Regional) de setembro de 2021. A produção capixaba cresceu 0,2% na passagem de agosto para setembro, já descontado os efeitos sazonais. Na indústria de transformação, o avanço foi de 3,8%, com apenas a fabricação de produtos de minerais não-metálicos (-2,7%) retraindo na passagem de mês. No ano, todas as atividades da indústria de transformação (23,9%) capixaba cresceram, com destaque para a maior produção na metalurgia (30,8%). Já a indústria extrativa do estado caiu -14,2% nesse ano, pressionada pela redução na produção de minério de ferro pelletizado, e de petróleo e gás natural. Com esses resultados da PIM-PF para o Espírito Santo, a indústria de transformação no estado está 9,8% acima do nível produtivo anterior ao início da pandemia (fevereiro de 2020). A extrativa, por sua vez, está -38,5% inferior ao patamar pré-pandemia. Devido ao resultado desta última, a indústria geral do Espírito Santo ainda está -9,3% abaixo do nível de fev/2020.

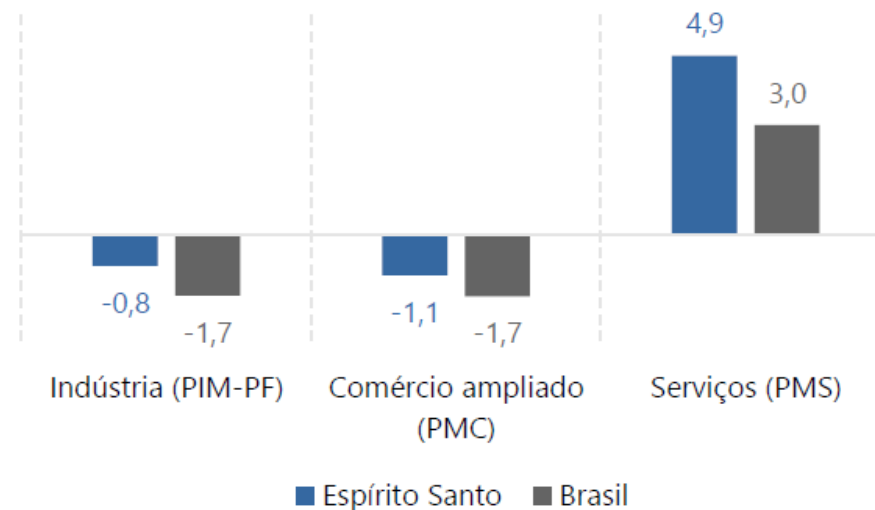
A Vale S.A. divulgou o Relatório Trimestral da empresa, referente aos resultados da produção do 3º trimestre de 2021. Na passagem do 2º para o 3º trimestre deste ano, a produção total de pelotas de minério pela empresa aumentou 9,9% no estado. No entanto, no acumulado até setembro, a produção caiu -12,1%. Nos primeiros 9 meses de 2020, a Vale tinha produzido 13,5 milhões de toneladas métricas de pelotas de minério. No mesmo período deste ano, foram produzidos 11,9 Mt. A queda no período foi pressionada pela menor produção das usinas de Tubarão 4 (-91,0%) e na Tubarão 5 e 6 (-10,8%).

Atividade econômica

Especificamente sobre o preço do minério de ferro, o que tem sido observado nos últimos meses é uma trajetória de queda da cotação da *commodity* no mercado internacional, após crescente valorização iniciada em meados do ano passado. Esta trajetória de redução tem sido motivada, principalmente, por uma menor demanda da China, devido à redução das atividades siderúrgicas no país. Contudo, o minério de ferro segue sendo o principal produto exportado pelo Espírito Santo em 2021. Em termos de valor, no acumulado do ano, as exportações de minério de ferro pelo estado cresceram 193% em relação ao mesmo período de 2020 sendo a Argentina, os Estados Unidos e a China os principais compradores da matéria.

Os dados das pesquisas mensais do IBGE para a indústria, comércio varejista ampliado e o setor de serviços ao final do 3º trimestre de 2021 mostram que, tanto para o Brasil quanto para o Espírito Santo, apenas o volume de serviços apresentou taxa positiva na passagem do 2º para o 3º trimestre. Esse resultado está em linha com os efeitos da vacinação da população contra Covid-19, refletindo na maior mobilidade das pessoas, além da recuperação esperada do setor com avanço da vacinação. Uma retomada mais consistente esbarra em uma inflação elevada e uma taxa de desemprego também em patamar elevado, gerando restrições de renda.

Variação (%) das pesquisas mensais do IBGE para Espírito Santo – 3º trimestre de 2021*



*variação em relação ao trimestre imediatamente anterior.
Gráfico 29 | Fonte: SCR 2019 (IBGE) | Elaboração: Ideies/Findes.

Expectativas de empresários e consumidores

Após encerrar o terceiro trimestre em queda, os Índices de Confiança, tanto dos empresários quanto dos consumidores, se estabilizaram em outubro, a julgar pelos resultados prévios para o mês. Na parte empresarial, o setor de serviços se destaca nessa virada para o último trimestre do ano, em especial no segmento que mais sofreu com as medidas restritivas. Por parte dos consumidores, o nível de confiança se mantém em patamar muito baixo, em particular nas rendas mais baixas. Para os próximos meses, a piora das expectativas adiciona ainda mais incerteza sobre o ritmo de recuperação.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou os resultados do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) de outubro, que recuou 0,2 ponto em relação a setembro e atingiu 57,8 pontos. Após ter alcançado o maior índice do ano no mês de agosto, a relativa estabilidade do ICEI, na passagem de setembro para outubro, revela que a confiança do empresário industrial brasileiro está mais moderada que a observada entre junho e agosto de 2021. O resultado de outubro é explicado pela queda do Índice de Condições Atuais, que foi de 52,2 pontos para 51,5 pontos. Já o Índice de Expectativas permaneceu no mesmo patamar na passagem de setembro para outubro (60,9 pontos), indicando otimismo para os próximos seis meses.

Atividade econômica

Outubro/2021

Para o Espírito Santo, o Índice de Confiança do Empresário Industrial para o Espírito Santo (ICEI-ES), divulgado pelo Ideies/Findes referente a outubro, atingiu 58,1 pontos. Com isso, o indicador se localiza a 8,1 pontos acima da linha divisória dos 50 pontos, indicando confiança. O aumento de 1,2 ponto do ICEI-ES na passagem de setembro a outubro foi puxado pelo índice de expectativas para os próximos meses, que subiu 1,8 ponto, indicando que há um otimismo mais disseminado entre os industriais capixabas para o futuro próximo.

Índice de Confiança do Empresário Industrial – Brasil e ES, outubro de 2021

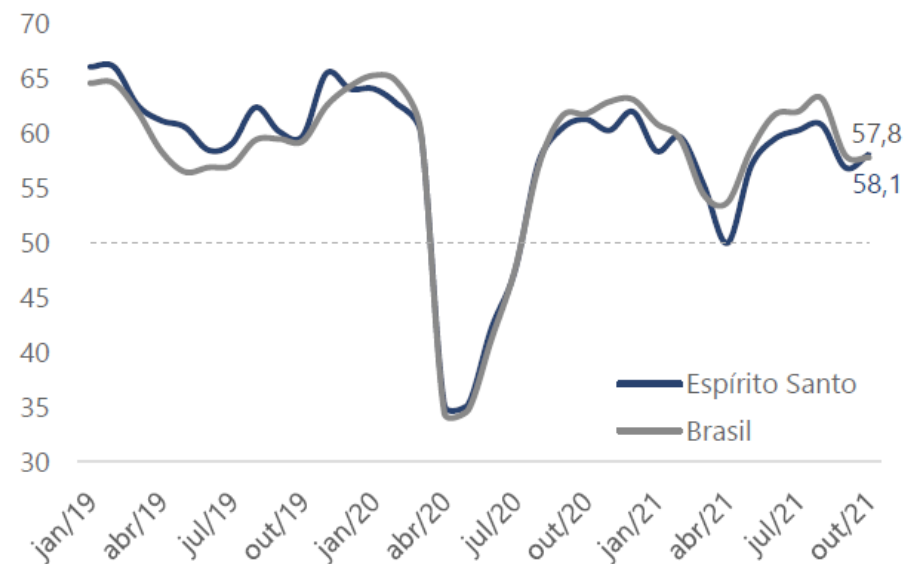


Gráfico 30 | Fonte: CNI e Ideies/Findes | Elaboração: Ideies/Findes.

Mercado de trabalho

O IBGE divulgou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua para o trimestre encerrado em agosto. A taxa de desocupação no país recuou para 13,2% nos meses de junho-julho-agosto de 2021, uma redução de 1,4 p.p. em relação ao trimestre até maio (14,6%). Esse resultado, considerado estável na comparação anual, corresponde a 13,7 milhões de pessoas desocupadas. A taxa composta de subutilização (27,4%) caiu 1,9 p.p. no trimestre e teve queda de 3,2 p.p. na comparação anual. A população subutilizada chegou a 31,1 milhões de pessoas. Já o rendimento real habitual do trimestre encerrado em agosto (R\$ 2.489) caiu em ambas comparações e foram as maiores quedas percentuais da série histórica.

Atividade econômica

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho divulgou as informações do Novo Caged referentes à movimentação do mercado de trabalho formal do mês de setembro de 2021. No Espírito Santo, o saldo positivo de 6.089 postos formais em setembro foi resultado da movimentação de 33.663 admissões frente a 27.574 desligamentos. O estado segue com saldos positivos de emprego formal, e acumula 45.541 novas vagas de janeiro a setembro de 2021. O mercado de trabalho formal brasileiro também ampliou vagas de janeiro a setembro de 2021. Em setembro foram 313.902 novos empregos abertos, alta de 0,76% no total de emprego registrado no país em agosto. No ano, foram cerca de 2,5 milhões de novas vagas no mercado formal, ampliação de 6,38% em relação a 2020.

Inflação

O IBGE apresentou os resultados da inflação oficial do país referentes a outubro de 2021. No mês, o IPCA avançou 1,25% no Brasil e 1,53% na RMGV em relação a setembro de 2021. O resultado do IPCA-BR de outubro é o maior para um 10º mês desde 2002 e o grupo transportes (2,62%) foi o maior responsável por essa variação, puxado pelo preço dos combustíveis (3,21%). Na RMGV, o grupo habitação (3,04%) foi o que mais contribuiu para a inflação da região, devido

Saldo de empregos formais - Brasil e Espírito Santo - setembro de 2021

	Admitidos	Desligados	Saldo
Brasil			
Setembro ¹	1.780.161	1.466.259	313.902
Acumulado no ano (jan-set) ²	14.877.024	12.364.087	2.512.937
Espírito Santo			
Setembro ¹	33.663	27.574	6.089
Acumulado no ano (jan-set) ²	294.457	248.916	45.541

(1) Série sem ajuste de declarações entregues fora do prazo. (2) Série com ajuste de declarações entregues fora do prazo, exceto para o último mês considerado.

Tabela 04 | Fonte: Novo Caged | Elaboração: Ideies / Findes.

Atividade econômica

ao aumento da energia elétrica residencial (3,35%) e da taxa de água e esgoto (11,33%) na Grande Vitória. Em relação à variação acumulada em 12 meses até setembro, o IPCA registra altas de 10,67% no Brasil e 12,22% na RMGV.

Os recentes aumentos dos preços dos combustíveis e da energia elétrica residencial, além da pressão dos preços dos alimentos, estão acelerando o IPCA, que extrapolará a meta de inflação para 2021. Em resposta, o Copom tem realizado sucessivas elevações da taxa básica de juros da economia brasileira para retornar com a inflação para o intervalo da meta dos próximos anos.

Variação (%) do IPCA – outubro de 2021

Variação (%)	No mês	Acumulado no ano	Acumulado em 12 meses
Brasil	1,25	8,24	10,67
Espírito Santo	1,53	9,58	12,22
Alimentação e Bebidas	2,48	7,43	11,78
Habitação	3,04	15,01	20,46
Transportes	1,75	16,79	19,82

Tabela 05 | Fonte: IBGE | Elaboração: Ideies/Findes.

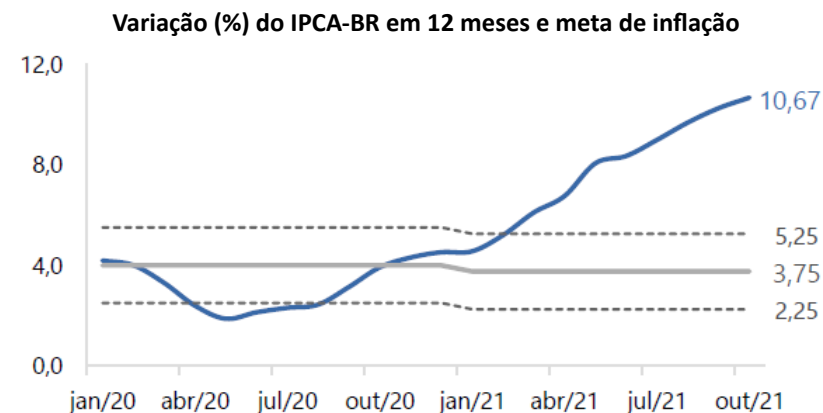


Gráfico 31 | Fonte: IBGE e BCB | Elaboração: Ideies/Findes.

Atividade econômica

Política Monetária

O Comitê de Política Monetária (Copom) realizou a 242ª reunião e decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic em 150 pontos-base, ou seja, de 6,25% para 7,75% ao ano. O Copom sinalizou que promoverá outro aumento de 150 pontos-base na última reunião do ano e expôs em nota que o ritmo de ajuste é o mais adequado para garantir a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui os anos-calendário de 2022 e 2023. Além disso, o Comitê avalia que, apesar do desempenho mais positivo das contas públicas, os recentes questionamentos em relação ao arcabouço fiscal elevaram o risco de desancoragem das expectativas de inflação. Para este ano a estimativa do Copom para a inflação oficial do país situa-se em torno de 9,5%, acima do limite superior da meta de 2021 (5,25%).

Mercado de crédito

O Banco Central do Brasil publicou as estatísticas monetárias e de crédito referente ao mês de setembro para o Brasil e os indicadores de crédito regionais. Em setembro, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional atingiu R\$ 4,4 trilhões, aumento de 2,0% na passagem de agosto para setembro. Para o Espírito Santo, o montante de crédito cresceu 2,6% e ficou em R\$ 68,7 bilhões. A taxa de inadimplência no país ficou relativamente estável em setembro, 2,3%. No estado, os atrasos superiores a 90 dias apresentaram redução de 0,08 p.p. na passagem de agosto para setembro, com a taxa de inadimplência no Espírito Santo (2,1%) ficando abaixo da média brasileira.

Evolução da taxa Selic – Variação (%) ao ano

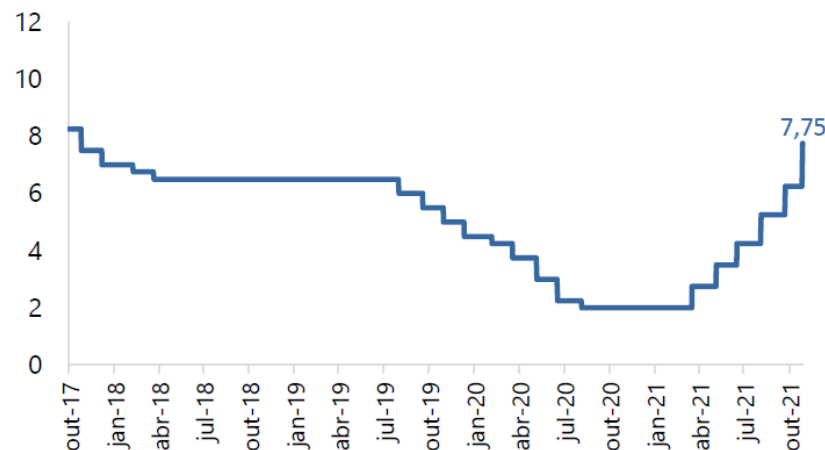


Gráfico 32 | Fonte: Copom (BCB) | Elaboração: Ideies/Findes.

Panorama fiscal

Brasil

A Receita Federal apresentou o valor arrecadado referente ao mês de setembro. No acumulado do ano, a arrecadação federal totalizou R\$ 1,4 trilhão, valor 22,3% acima do montante do mesmo período do ano passado, já ajustado pela inflação (IPCA). Este foi o melhor desempenho do período na série iniciada em 1995. Este crescimento é explicado pelos aumentos de 36,1% no somatório do recolhimento do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de 26,6% da Cofins e do PIS/Pasep e de 12,3% com Receita Previdenciária.

O Banco Central divulgou as estatísticas fiscais de setembro. O setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 12,9 bilhões no mês. O Governo Central, os governos regionais e as empresas estatais obtiveram, respectivamente, superávits de R\$ 708 milhões, R\$ 10,4 bilhões e R\$ 1,8 bilhão. No acumulado no ano, o setor público consolidado teve superávit primário de R\$ 14,2 bilhões. Para o mesmo período de 2020, o setor público consolidado acumulou déficit de R\$ 635,9 bilhões.

Arrecadação Federal - janeiro a setembro - em R\$ bilhões (a preços de setembro de 2021)

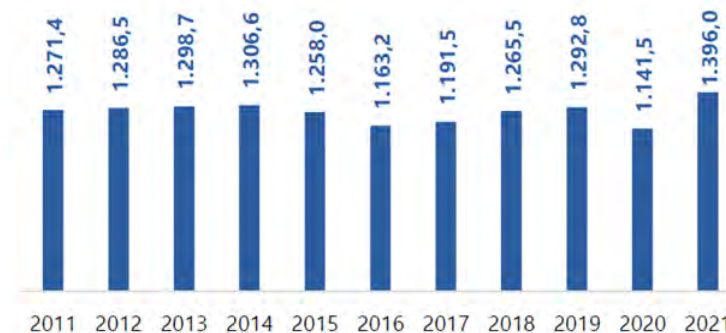
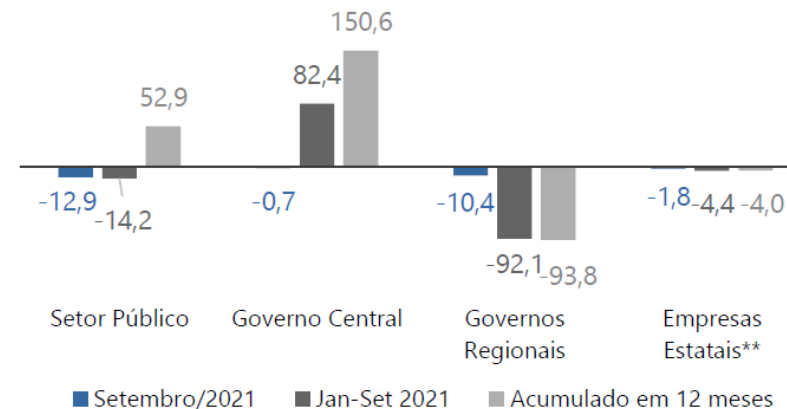


Gráfico 32 | Fonte: Receita Federal (ME) | Elaboração: Ideies / Findes.

Resultado Primário do Setor Público* (R\$ bilhões), setembro de 2021



Nota: *Resultado abaixo da linha. Valores positivos são déficits e valores negativos são superávits. **Exclui as empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras.

Gráfico 33 | Fonte: BCB | Elaboração: Ideies/Findes.

Panorama fiscal

Finanças públicas do ES

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) divulgou o “RREO em Foco: Estados e DF”, do 4º bimestre de 2021. No relatório, a secretaria traz em destaque o Espírito Santo como o estado que teve o maior percentual de investimentos em relação à Receita Total, entre os 27 entes federados. No acumulado do ano até agosto, o estado utilizou 10,0% do total da receita estadual para realizar investimentos. Ademais, o Espírito Santo foi o ente que menos comprometeu a sua receita com o pagamento de pessoal e encargos sociais no país, utilizando 43,0% dos recursos estaduais para essa finalidade. Outro importante indicador divulgado foi a dívida consolidada. Até agosto, o montante da dívida estadual reduziu -2,4% em relação ao acumulado até dezembro de 2020, passando de R\$ 7,4 bilhões para R\$ 7,2 bilhões.

A Receita Total arrecadada em outubro de 2021 (R\$ 1,7 bilhão) e no acumulado até outubro de 2021 (R\$ 16 bilhões) apresentaram variação de 2,5% e 4,1%, respectivamente, se comparadas com o mesmo período do ano passado.

A arrecadação própria do Estado correspondeu a 70,2% em outubro de 2021 e a 63,6% até outubro, seguida pelas transferências da União (27,5% em outubro e 33,6% no acumulado até outubro). O ICMS arrecadado em outubro (R\$ 801 milhões) representa um considerável aumento (+11%) em relação a outubro de 2020, e mantém o patamar elevado observado em agosto de 2021, porém é o segundo mês consecutivo de queda na arrecadação após o pico em agosto de 2021. No acumulado até outubro, o ICMS atingiu R\$ 7,3 bilhões, aumento de 28,5% em relação a igual período de 2020. O desempenho do ICMS em 2021 mostra uma considerável recuperação frente a 2020, ano marcado por grandes impactos da Pandemia da Covid-19 na economia.

Composição das despesas em relação à Receita Total
Seleção dos 10 estados com menor gasto com Pessoal e Encargos Sociais

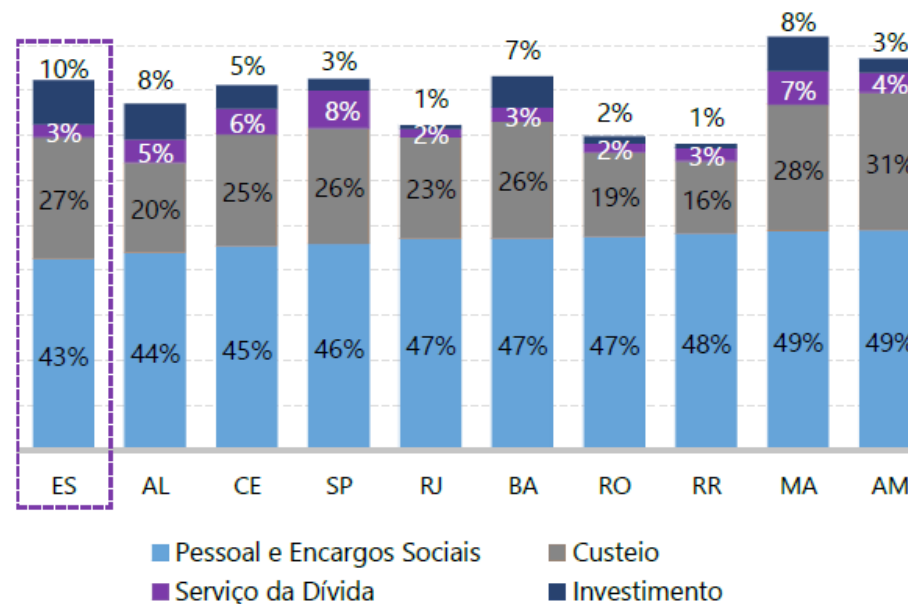


Gráfico 33 | Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional | Elaboração: Ideies / Findes.

Panorama fiscal

O recebimento das compensações financeiras do petróleo em outubro de 2021 (R\$ 85 milhões) registrou aumento de 28,8% em relação ao mesmo mês de 2020. No acumulado até outubro (R\$ 1,7 bilhão), a receita de compensações financeiras aumentou 43% em relação ao mesmo período de 2020. A partir de abril de 2021, as receitas de compensação financeira em 2021 operam acima das observadas nos meses de 2020, inclusive com a trimestralidade das participações especiais.

As despesas liquidadas em outubro de 2021 (R\$ 1,6 bilhão) representam um acréscimo de 16,8% em relação ao mesmo mês de 2020, e houve um pequeno acréscimo (1,1%) no acumulado do ano (R\$ 13,5 bilhões). A função Saúde respondeu pelo maior gasto (R\$ 314 milhões) em outubro de 2021, seguida da Previdência (R\$ 275 milhões), Educação (R\$ 260 milhões) e Segurança Pública (R\$ 130 milhões), hierarquia de funções também observada nos dados acumulados no ano.

O resultado orçamentário do Estado no acumulado até outubro de 2021 foi superavitário (R\$ 2,5 bilhões) com um considerável acréscimo de 24,9% em relação ao superávit do mesmo período de 2020, fruto, essencialmente, da estabilidade das despesas (+1,1%) e do aumento da receita total (+4,1%) no período.

A Receita Corrente Líquida, importante parâmetro fiscal para a observância de limites, atingiu R\$ 17,9 bilhões (acumulada em 12 meses) em outubro de 2021, continuando a tendência de aumento iniciada em junho de 2020. A despesa total com pessoal para fins da LRF de todos os órgãos estaduais está abaixo dos limites de alerta, prudencial e legal, considerando a publicação da IN nº 72, de 4 de maio de 2021, do TCE-ES².

O Resultado Primário superavitário (R\$ 2 bilhões) até outubro de 2021 é um bom sinal do esforço fiscal do governo do estado no controle do endividamento. O sistema previdenciário do estado apresenta desempenho geral esperado: o Fundo Previdenciário superavitário e o Fundo Financeiro e o Fundo de Proteção Social dos Militares deficitários.

² Em 2021, houve um aperfeiçoamento na metodologia de cálculo do percentual da despesa com pessoal para fins da LRF. Com o advento da Lei Complementar nº 178, de 13 janeiro de 2021, foi introduzido o parágrafo 3º no artigo 19 da LRF, vedando a dedução da parcela custeada com recursos aportados para a cobertura do déficit financeiro dos regimes de previdência. Contudo, como o cálculo para o percentual da despesa com pessoal frente à LRF utiliza uma base móvel de 12 meses, ou seja, o mês de referência e os 11 anteriores, o período que abrange os meses do ano de 2020 não computará o aporte integral, mas o percentual conforme regra de transição vigente à época, conforme IN nº 72/2021 do TCE-ES.

Finanças públicas dos Municípios capixabas

Os municípios capixabas mostraram, no conjunto, uma arrecadação maior (+9,8%) no acumulado até outubro de 2021 (R\$ 13,2 bilhões) em relação ao mesmo período de 2020 (12 bilhões). As principais origens de arrecadação dos municípios no acumulado do ano são as transferências do Estado (41%) e da União (29%), denotando a dependência (70%) dos entes municipais em relação a outros entes federados. A arrecadação própria atingiu 26%.

Os municípios capixabas mantiveram suas despesas liquidadas até outubro de 2021 (R\$ 10,4 bilhões) no mesmo patamar em relação ao mesmo período de 2020 (R\$ 10,3 bilhões), com destaque para a participação da Função Educação (R\$ 2,9 bilhões) e Saúde (R\$ 2,3 bilhões).

No conjunto, os municípios capixabas obtiveram um superávit orçamentário no acumulado até outubro de 2021 (R\$ 2,8 bilhões) consideravelmente superior (+66%) ao do mesmo período de 2020 (R\$ 1,7 bilhão), diante de um acréscimo na receita (+9,8%) e pequeno acréscimo na despesa liquidada (0,5%).

A grande maioria dos municípios capixabas (67 municípios, ou 86%) está abaixo de todos os limites dos gastos com pessoal e nenhum município está acima do limite legal.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conselheiros

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun - *Presidente*

Domingos Augusto Taufner - *Vice-presidente*

Rodrigo Coelho do Carmo - *Corregedor*

Sebastião Carlos Ranna de Macedo - *Ouvidor*

Sérgio Manoel Nader Borges - *Conselheiro*

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto - *Conselheiro*

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha - *Conselheiro*

Conselheiros Substitutos

Márcia Jaccoud Freitas

Marco Antônio da Silva

Ministério Público Especial de Contas

Luis Henrique Anastácio da Silva - *Procurador Geral*

Heron Carlos Gomes de Oliveira

Luciano Vieira

Secretária-geral Administrativa e Financeira

Arinélia Oliveira de Aguiar

Secretário-geral de Controle Externo

Donato Volkens Moutinho

Secretário-geral das Sessões

Odilson Souza Barbosa Junior

Secretário-geral de Tecnologia da Informação

Klayson Sesana Bonatto

Elaboração

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo (NCContas)

Núcleo de Controle Externo de Tendências de Riscos (NATR)

Identidade organizacional

Negócio

Controle Externo

Missão

Gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Visão

Ser reconhecido como instrumento de cidadania.

Valores

Independência

Ética

Transparência

Responsabilidade Sustentável

Equidade

Excelência de Desempenho

Profissionalismo

Valorização das Pessoas



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Metodologia de cálculo de despesa
com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)**

nota p. 12

nota p. 13

nota p. 14

nota p. 15

nota p. 16

nota p. 17

nota p. 18

Metodologia de cálculo dos limites de despesa com pessoal 2021, de acordo com a **regra de transição** estabelecida pela **Instrução Normativa TC 72, de 4 de maio de 2021**, que revogou a Instrução Normativa TC 41, de 27 de junho de 2017, diante das últimas alterações promovidas na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) pela Lei Complementar 178, de 13 de janeiro de 2021.

Cabe registrar que, em decorrência da necessidade de ajustes referentes às despesas com pessoal nos meses de janeiro/2021 a março/2021, bem como de adequação da RCL ajustada de agosto/2021 (emendas parlamentares individuais não deduzidas, no valor de R\$ 19 milhões), restou necessária a atualização dos dados dos gráficos apresentados às páginas 12/18 deste Boletim, os quais já contemplam as alterações mencionadas.

nota p. 23

Fundo de Proteção Social dos Militares FPS, criado pela Lei Complementar 943/2020, de 16/03/2020.

A Emenda Constitucional EC 103, de 12 de dezembro de 2019, instituiu a competência privativa da União para editar normas gerais sobre inatividades e pensões das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Nesta esteira, editou-se a Lei Federal 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que, dentre outras providências, dispôs acerca do Sistema de Proteção Social dos Militares.

Com isso, o Estado do Espírito Santo promoveu adaptações na legislação local, modificando a Lei 3.196/1978 e as Leis Complementares 282/2004 e 711/2013 por meio da Lei Complementar LC 943, aprovada pela Assembleia Legislativa em 11/03/2020, aplicável aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, remunerados por soldo ou subsídio. Com o advento da referida lei foi criado o Fundo de Proteção Social dos Militares FPS, prazo indeterminado, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de manter os benefícios de inatividade dos militares e das pensões militares, vinculado ao IPAJM.

Ajuda financeira da União ao Estado - 2020

Receita	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	total
Complementação FPE - MP nº 938/2020 - Lei 14.041/2020	-	-	-	15	8	38	26	3	23	33	-	-	146
Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, I	-	-	-	-	-	48	51	49	48	-	-	-	196
Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, II	-	-	-	-	-	178	178	178	178	-	-	-	712
Auxílio Financeiro Setor Cultural - Lei 14.017/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	2	32
Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19	-	-	8	56	6	18	101	5	7	18	11	44	274
Total	-	-	8	71	14	282	356	235	256	81	11	46	1.360

Nota: em 2020 acrescenta-se o ingresso de **R\$ 29.659.471,14** (transferências decorrentes de decisões judiciais e doações), não contemplado na tabela.

Fonte: Sefaz - Sigefes, www.tesourotransparente.gov.br e <https://consultafns.saude.gov.br>

Ajuda financeira da União ao Estado - 2021

Receita	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	total
Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19	24	-	38	8	32	35	35	43	52	35	302

Nota: de jan a out 2021 acrescenta-se o ingresso de **R\$ 2.719.528,39** (transferências decorrentes de decisões judiciais e doações), não contemplados na tabela.

Fonte: Sefaz - Sigefes

Ajuda financeira da União aos municípios capixabas - 2020 (todos)

Receita	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	total
Complementação FPM - MP nº 938/2020 - Lei 14.041/2020	-	-	-	10	9	43	30	2	19	28	-	-	141
Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, I	-	-	-	-	-	14	14	15	15	-	-	-	58
Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, II	-	-	-	-	-	121	121	120	121	-	-	-	483
Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19	-	-	12	23	2	29	56	137	38	6	12	23	338
Total	-	-	12	33	11	207	221	274	193	34	12	23	1.020

Fonte: www.tesourotransparente.gov.br e <https://consultafns.saude.gov.br>

Ajuda financeira da União aos municípios capixabas - 2021 (todos)

Receita	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	total
Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19	2	-	15	7	29	-	9	18	14	12	106

Fonte: https://painelms.saude.gov.br/extensions/Portal_FAF/Portal_FAF.html